



ANEXO I À LEI Nº 3.051, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA E DIMENSÃO TÁTICA

I - DIMENSÃO ESTRATÉGICA:

1. APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no capítulo relativo ao orçamento público, instituiu os instrumentos formais de planejamento na Administração Pública, que são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo um nexo entre o planejamento de médio prazo (PPA) e as programações de curto prazo expressas nas leis orçamentárias.

O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e planejado para os próximos quatro anos, alcançando o ano um do governo seguinte. É organizado por meio de programas, setoriais e multissetoriais, compreendidos no arcabouço das ações governamentais e políticas públicas. Seus programas contemplam objetivos, indicadores e regionalização, cujo alcance deve ser obtido por meio de ações com metas definidas. O PPA passa a ser executado a partir do segundo ano de governo, conforme a orientação definida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e recursos previstos pela Lei Orçamentária Anual.

Para os governos, principalmente os estaduais que inauguraram novas administrações, 2015 apresentou um cenário desafiador. Por um lado, redução do crescimento e do consumo preconizaram queda na arrecadação e a conseqüente necessidade de redução de receitas e despesas nos orçamentos e mesmo de contingenciamentos na execução orçamentária. E de outro, os diversos segmentos da sociedade reclamando por melhores serviços públicos e condições que favoreçam a retomada do desenvolvimento do Estado.

O que fazer? GESTÃO! O atual desafio pressupõe a adoção de uma estratégia dual a partir da combinação de: medidas emergenciais de ajuste a realidade para enfrentar a grave situação econômico-financeira visando recuperar a capacidade de investimento do Estado e medidas estruturantes numa perspectiva de longo prazo, visando estabelecer as bases para um novo processo de desenvolvimento econômico e social sustentável para o Tocantins. O desafio é o de fazer mais e melhor com menos, mas, sobretudo, fazer o que deve ser feito visando à criação de valor público. Isto implica em:

- Primeiro, afinar o foco estratégico. É necessária uma absoluta clareza dos resultados a serem alcançados transpondo o terreno das intenções, para traduzir resultados em números realistas e desenhar as ações necessárias para fazê-los acontecer. Esta tarefa nada fácil, mas necessária, implica em escolhas e deverá, naturalmente, levar em conta, sobretudo, as prioridades atribuídas pela sociedade. Assim, dedicamos o ano de 2015 à elaboração dos planos institucionais das Secretarias, Órgãos e entidades, do plano estratégico do Estado e, agora, do Plano Plurianual para o período 2016-2019.

Teremos de institucionalizar o monitoramento e a avaliação, gerando informações confiáveis sobre o desempenho de políticas, programas, ações, organizações e serviços, o que promove aprendizado, melhoria contínua, transparência e otimização do aproveitamento de recursos.

- Em segundo lugar, é necessário alinhar as estruturas implementadoras (o conjunto de órgãos e entidades governamentais e seus parceiros na sociedade) que serão os agentes geradores de resultado, pactuando com eles resultados para fazer convergir seus planos e ações com a agenda de governo. Uma forma de se obter isto é mediante a celebração de pactuações de resultados, nas quais se identifica a contribuição de cada parte da estrutura para a implementação de cada parte da estratégia e firma-se um compromisso entre a equipe de governo e o governante baseado na definição clara de metas e ações. Pactuações também podem e devem ocorrer entre estruturas de governo e parceiros privados que, em determinados casos, possam reunir capacidades superiores em termos de qualidade e eficiência para executar políticas públicas com transparência e sob a supervisão do Poder Público.

- Terceiro, fortalecer, otimizar e adequar estruturas e processos, tornando-os mais leves, rápidos e eficientes. Isto se dá com reestruturações, revisão e desburocratização de processos de trabalho, principalmente daqueles que prestam serviços e atendimento aos cidadãos e empresas. Parcerias, outra vez e o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação podem ser instrumentos valiosos.

- Em quarto lugar, valorizar e melhorar o desempenho das pessoas. Este deve ser o objetivo maior de uma política de gestão de pessoas, servir de ideal para alinhar uma série de ações relacionadas à gestão de carreiras, remuneração, benefícios e capacitação. Nesse sentido, a formação de um quadro de pessoal adequado e comprometido com resultados requer um dimensionamento quantitativo e qualitativo da força de trabalho, o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais e a introdução de sistemas de avaliação e remuneração baseados em resultados.

- Por fim, mas não menos importante, promover a participação, o controle social e o combate ao desperdício dos recursos públicos, tornando o governo mais permeável e acessível à população em geral.

Crises também são oportunidades. O novo governo possui diante de si um vasto arsenal de políticas de gestão que permitirá promover uma significativa alavancagem de resultados, aumentando a eficiência e a satisfação da população em geral. Nesse sentido, a crise pode servir de excelente justificativa para que se dissipem as eventuais resistências decorrentes da implantação de um novo padrão de gestão pública voltado para resultados.

2. ESTRUTURA E METODOLOGIA

Conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, de modo a promover o desenvolvimento integrado do Estado.

A cada quatro anos, com a proximidade do processo de elaboração do Plano, busca-se aprimorar o método de elaboração do mesmo, de forma a torná-lo cada vez mais eficiente no atendimento das necessidades da sociedade tocantinense e mais útil para o processo de gestão governamental como um todo, sendo capaz de lidar com a ideia de priorização de programas e ações. É nesse sentido que este documento foi construído: buscar o aprimoramento metodológico do processo de planejamento governamental, no qual a elaboração do PPA detém papel fundamental.

O Plano Plurianual (PPA) foi construído tendo por base o plano de governo proposto durante a campanha eleitoral do governador Marcelo Miranda, do planejamento estratégico institucional da maioria das secretarias e entidades e do planejamento estratégico do Estado. Levaram-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da sociedade nos encontros regionais.



Nesse contexto o Plano Plurianual - PPA 2016-2019, do Governo do Estado do Tocantins, muda o foco da Gestão Pública e passa a olhar as mudanças na vida do cidadão e não para o volume de insumos utilizados nas ações. O PPA 2016-2019 permitirá comunicar a sociedade os principais objetivos e metas do Governo do Estado de maneira simples e direta. É uma nova cultura na Administração Pública que valoriza a gestão para resultados e o foco no cidadão.

Assim, a construção do PPA 2016-2019 traz como elemento inovador a estruturação dos programas em função de temas e não mais em função de um problema a ser enfrentado ou uma deficiência a ser superada. Busca-se incorporar ao planejamento estadual a dimensão estratégica, a lógica intersetorial das políticas públicas tornando-o capaz de promover a atuação governamental na busca por resultados que impactem na sociedade.

O PPA 2016-2019 consolida uma visão estratégica, participativa e regionalizada para o planejamento governamental. Tem como norte a construção de uma visão de futuro para o Estado, apresenta os grandes Eixos Estratégicos do governo e os princípios que deverão nortear o comportamento da Administração Pública Estadual.

O plano permite a participação da sociedade na sua elaboração, bem como o controle social através da incorporação de um processo de monitoramento e avaliação dos indicadores de resultados.

Com o objetivo de orientar os atores envolvidos na elaboração do Plano Plurianual, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, elaborou, em consonância com a nova metodologia desenvolvida pelo Governo Federal, as orientações para elaboração dos Programas contidas no Manual do Plano Plurianual 2016-2019, que apresenta a base legal do planejamento governamental, os ajustes na metodologia do PPA 2012-2015, os conceitos e a estratégia do Governo.

O PPA passa a ter como foco a organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento responde pela organização no nível operacional.



Comparando as estruturas do Plano Plurianual de 2008-2011, 2012-2015 e do PPA 2016-2019, teríamos:

PPA 2008-2011	PPA 2012-2015	PPA 2016-2019
Dimensão Estratégica		
Macroobjetivos e estratégias de desenvolvimento	Valores, Eixos Estruturadores e Macro desafios	Planejamento Estratégico, Princípios, Eixos Estratégicos e Áreas Temáticas
Programa		
Avaliado por Indicador e Ação Orçamentária	Programa avaliado por Indicador e Valor Total Objetivo avaliado por Metas regionalizadas e iniciativas	Programa avaliado pelo conjunto de objetivos Objetivo avaliado por indicador, metas regionalizadas e desempenho das ações
Programas: 135 Objetivos: 135	Programas: 33 Objetivos: 148 Metas: 610 Iniciativas: 581	Programas: 25 Objetivos: 120 Metas: 434
Objetivo		
Descritor	Meta Anual, Quantitativa e qualitativa Regionalização da meta por política pública (Saúde, Turismo, Área-Programa)	Meta Quadriannual (Para os 4 anos), quantitativa e qualitativa Regionalização da meta por Regionalização de Planejamento.
	Iniciativa com ação vinculada	Exclusão da iniciativa e incorporação da ação orçamentária no PPA.

A estrutura constante nos Planos Plurianuais até o PPA 2008-2011 era de Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo, a partir do PPA 2012-2015 cede lugar aos Programas Temáticos e aos Programas de Manutenção Administrativa do Estado. O PPA 2016-2019 institui Eixos Estruturantes e incorpora a ação orçamentária ao Plano.

Além dos Eixos Estratégicos o PPA 2016-2019 apresenta o Programa de Manutenção e Serviços do Estado. Esse programa retrata a manutenção das unidades de governo, prevendo as ações de Manutenção de Recursos Humanos, Manutenção de Serviços de Informática, Manutenção de Transportes e a Coordenação de Serviços Administrativos Gerais, e outras ações que não foram apropriadas nos programas temáticos e se enquadram na manutenção do órgão.

Novos tempos, novos significados. Com a emergência de um novo contexto o Estado necessariamente deverá ter um novo papel, de superações e parcerias, onde prioridade é a palavra chave.

Dessa maneira, o PPA 2016-2019 deve ser um instrumento de fácil leitura, com clareza ao colocar os objetivos, indicadores, metas (fins e não meio) e ações orçamentárias (mensuráveis, com valores factíveis), sendo importante a entrega (qualitativa + quantitativa) e tendo como foco a sociedade.

3. BASE ESTRATÉGICA DO PPA 2016 - 2019

A Base Estratégica do Governo é representada por um conjunto de declarações que constituem a base sobre a qual se construirão os instrumentos de planejamento governamental. Representa a visão do Governo quanto ao processo de desenvolvimento do Estado do Tocantins e inclui o conjunto de compromissos do Governo com relação e esse processo de desenvolvimento. Integram a Base Estratégica a Visão de Futuro e os Objetivos Estratégicos, organizados por eixo de atuação do Governo.

A formulação da base estratégica exige a aplicação de técnicas de planejamento estratégico e envolve necessariamente o alto escalão do Governo do Estado, com a participação do Governador, secretários e respectivas assessorias. À vista do programa de governo legitimado no processo eleitoral, de estudos setoriais e de outros elementos de conhecimento da realidade e da capacidade de implementação das políticas públicas de âmbito estadual, foi formulado a estratégia do Governo, representada por três elementos fundamentais:

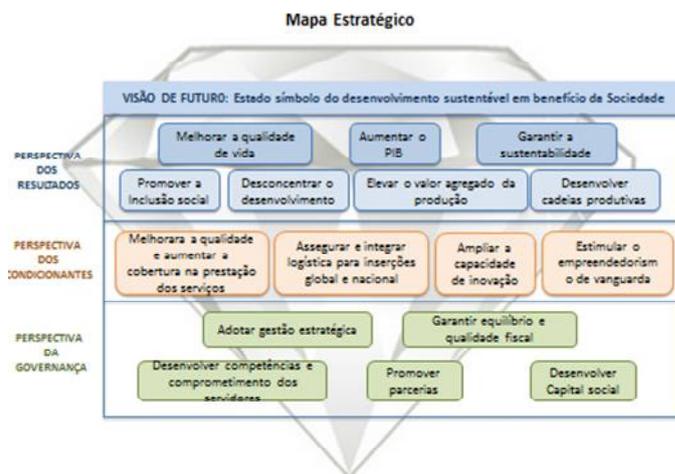
3.1. Visão de Futuro: representa uma visão de longo prazo do processo de desenvolvimento, associada, também, ao projeto político legitimado no processo eleitoral. A Visão de Futuro será o ponto de partida para a formulação dos Objetivos Estratégicos do Governo. Associada à Visão de Futuro está a noção dos Valores, ou seja, os princípios, normas tácitas ou padrões que norteiam a ação governamental. Mais do que um projeto de governo, ou de Estado a VISÃO deve se configurar como um projeto de sociedade.

3.2. Eixo de formulação e execução de políticas públicas: eixos em torno dos quais o Governo organiza seus objetivos estratégicos, especificados em:

- Saúde;
- Segurança pública, assistência social e direitos humanos;
- Educação e conhecimento;
- Desenvolvimento agricultura e meio ambiente;
- Desenvolvimento regional, urbano, industrial e infraestrutura;
- Gestão pública.

3.3. Objetivos Estratégicos - conferem materialidade e significância à Visão de Futuro, apresentando a situação desejada no horizonte de vigência do PPA 2016-2019, observados os condicionantes políticos e financeiros, em busca dos quais a administração traçará suas linhas de ação. Os Objetivos Estratégicos são, acima de tudo, fatores de mobilização e de articulação dos meios para alcançá-los, podendo ser organizados a partir de áreas ou de eixos de atuação do Governo.

Essas declarações estratégicas foram apresentadas sob a forma de Mapa Estratégico, como mostrado a seguir:



A primeira perspectiva (Resultados) está baseada no tripé: qualidade de vida - desenvolvimento econômico - sustentabilidade e inclui objetivos estratégicos de inclusão social, equilíbrio regional, economia competitiva com valor agregado, cadeias produtivas e qualidade ambiental.

A segunda (Condicionantes) está orientada para a construção das viabilidades para o novo desenvolvimento e inclui objetivos de ampliação e melhoria da rede de serviços integrados (educação, saúde, segurança, emprego e renda, dentre outros), de garantia de logística e infraestrutura necessárias e de fomento à inovação e empreendedorismo.

A terceira (Governança) enfatiza a necessidade de fortalecer as capacidades de governo e de segmentos da sociedade para o provimento das condicionantes e para a promoção do desenvolvimento.

O PPA 2016/2019 do Governo do Tocantins consolida uma visão estratégica, participativa e regionalizada para o planejamento governamental e tem como os seguintes princípios norteadores:

6. A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE - ENCONTROS REGIONAIS

Os encontros regionais de elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 foram conduzidos de modo a elencar as prioridades de cada região para a construção do planejamento do Estado do Tocantins no próximo quadriênio. Participaram do evento, os líderes da sociedade civil organizada, poder público municipal, bem como, demais representações públicas e civis.

Foram as seguintes as regiões, local de realização e datas dos encontros regionais:

Região (Local)	Bico do Papagaio (Tocantinópolis)	Norte (Xambioá)	Sudeste (Natividade)	Sul (Palmeirópolis)
Data	27/08/2015	31/08/2015	03/09/2015	21/09/2015
Região (Local)	Nordeste (Pedro Afonso)	Noroeste (Colinas do Tocantins)	Centro-Jalapão (Aparecida do Rio Negro)	Centro-Oeste (Lagoa da Confusão)
Data	25/09/2015	28/09/2015	16/10/2015	19/10/2015

Em consequência dos debates, de maneira geral, foram levantadas as seguintes prioridades regionais por eixo estratégicos:

- Desenvolvimento agricultura e meio ambiente: os participantes apontaram a necessidade de fortalecimento da assistência técnica rural, e melhoria da gestão ambiental dos municípios, entre outros;

- Desenvolvimento regional, urbano, industrial e infraestrutura: foi elencada como prioridades a melhoria de estradas e rodovias (pavimentação, conservação, manutenção), regularização fundiária urbana, entre outras questões estruturais que beneficiam os produtores locais;

- Segurança pública, assistência social e direitos humanos: foram levantadas as necessidades de melhorar a qualidade dos serviços prestados em cada uma destas esferas;

- Saúde: observou-se a necessidade de ampliação da assistência à saúde de média e alta complexidade, aumentar oferta de especialidades de atendimento, bem como, questões estruturais e referentes à descentralização dos serviços de saúde;

- Educação e conhecimento: foram apontadas as necessidades em adequar a infraestrutura das unidades escolares, bem como a ampliação de acervos didáticos e equipamentos, a necessidade de garantia da formação inicial e continuada e a melhoria do transporte escolar;

- Gestão pública - foi apontado a necessidade em apoiar os municípios na implementação de consórcios intermunicipais, captação de recursos e na melhoria da qualidade da gestão pública municipal.

Todos os encontros estão devidamente registrados com vídeos e memória ajuda no site www.seplan.to.gov.br

II - DIMENSÃO TÁTICA: PROGRAMAS TEMÁTICOS

1. DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE

O Estado do Tocantins se desponta como local das oportunidades, destacando-se o agronegócio principalmente em função de grandes extensões de terras disponíveis.

Dos 27,8 milhões de hectares que o Estado possui, 13,8 são aptos para a produção agropecuária, sendo que a totalidade do Estado está inserido na região do MATOPIBA, foco de ações do governo federal para o desenvolvimento responsável da última fronteira agrícola do cerrado no Brasil.

Neste contexto, o Estado está em franca expansão agrícola e isso se deve principalmente à disponibilidade de áreas, sua localização privilegiada para o escoamento da produção e excelentes condições edafoclimáticas, tudo isto somado aos investimentos realizados pelo poder público como estradas, energia, projetos hidroagrícolas, incentivos fiscais, dentre outros.

O Estado conta com boa estrutura logística de transporte composta por uma rede de rodovias pavimentadas, ligadas a BR 153, a Ferrovia Norte-Sul e previsão para implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins e aeroportos de cargas.

Mesmo sendo responsável pelo foco da economia do Estado, a agropecuária tocantinense possui ainda um potencial de expansão extraordinário em termos de diversificação e produtividade, que associada a perspectiva de logística em implementação no território, potencializa de sobre maneira a capacidade de desenvolvimento regional do Tocantins.

Os números da produção do Estado vem mostrando evoluções significativas em algumas atividades, uma estagnação em outras e a incorporação de atividades que não eram priorizadas pelo setor produtivo. A atual área de produção agrícola, totalizando cerca de 1,1 milhão de hectares, ainda esta longe de corresponder ao potencial produtivo do território, sobressaindo-se a cultura da soja com mais de 700 mil hectares cultivados.

A pecuária bovina do Tocantins, estagnada nos últimos 10 anos com um rebanho de entorno de 8 milhões de bovídeos, enfrenta problemas como o déficit de forragem, ocasionando índices zootécnicos inferiores ao potencial genético animal disponível. A atividade pecuária é desenvolvida em uma área de aproximadamente 7,5 milhões hectares de pastagens, onde se estima que desse total, cerca de 5 milhões de hectares encontra-se em alguma fase de degradação.

A estratégia da política econômica do Governo está voltada para a consolidação de uma base produtiva moderna, diversificada, competitiva e eficiente para o desenvolvimento sustentável.

Para garantir este novo cenário da agropecuária e do agronegócio tocantinense que garanta sustentabilidade econômica e ambiental é fundamental o suporte do Governo nos seguintes temas estratégicos:

- I - Desenvolvimento dos Polos de Produção;
- II - Pesquisa e inovação tecnológica;
- III - Agricultura de Baixo Carbono;
- IV - Assistência Técnica e Agricultura Familiar;
- V - Agregação de valor a produção agropecuária e comercialização;
- VI - Defesa Agropecuária;
- VII - Regularização Fundiária.

Analisando a evolução da produção agropecuária do Estado, é fácil verificar uma maior expressividade em termos de potencial de crescimento para: soja em grão, carne de frango, carne suína, algodão, cana-de-açúcar e silvicultura. O mercado interno e a demanda internacional possuem total interferência no crescimento para a maior parte desses produtos. Contudo, esse potencial somente será efetivo com investimentos massivos e coordenados em termos de fomento, logística, incentivos e inovação tecnológica. Para tanto, organizar essa produção em polos de produção potencializa a vocação natural e regional em que a atividade esta ocorrendo, e a priorização nos investimentos em termos de tecnologia e infraestrutura.

É possível indicar algumas regiões e setores produtivos que certamente constituem Pólos de Produção no Estado. Um cruzamento de informações gerais em termos de aptidão agrícola e qualidade de solo, questões de declividade, áreas atuais de produção de commodities, limitações ambientais, bacias hidrográficas, pluviosidade nortearão a formação dos clusters de produção, priorização dos polos de produção e assim priorizar os investimentos públicos e as parcerias publico privadas nessas regiões.

2. PECUÁRIA

O Tocantins tem como principais atividades econômicas a criação de gado bovino de corte. Em 2015, o Estado conta com 7,5 milhões de hectares de pastagens e com um rebanho de 8,1 milhões de cabeças, ocupando a 11ª colocação no ranking nacional.

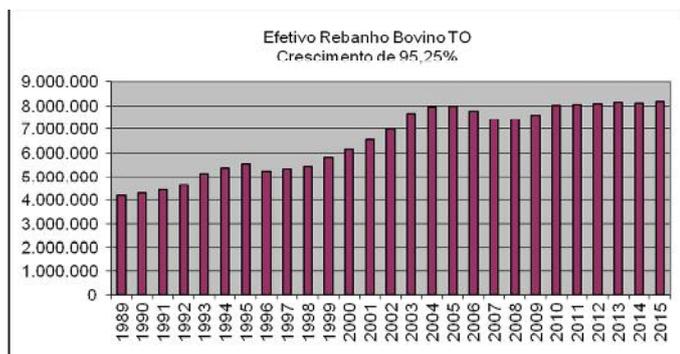
Para os próximos anos a perspectiva é de aumento das exportações e de continuidade da abertura de novos mercados com o início das atividades da Ferrovia Norte-Sul, com redução de 30% das despesas com fretes para cargas, tornando o Estado do Tocantins destaque no escoamento da produção, principalmente em função da existência de frigoríficos com selo de inspeção federal ao longo da ferrovia.

PECUÁRIA	Un.	PRODUÇÃO							14>15(%)	10>15(%)
		2010	2011	2012	2013	2014	2015			
Aves	Cab.						7.106.000			
Bovinos	Cab.	7.993.614	7.896.902	7.993.928	8.177.900	8.102.565	8.180.224	0,96	2,33	
Bubalinos	Cab.	9.280	8.948	9.349	7.635	7.600	6.249	-17,78	-32,66	
Ovinos	Cab.	108.062	113.544	127.680	134.987	131.386	134.892	2,67	24,83	
Caprinos	Cab.	25.167	23.213	23.224	23.544	23.438	24.616	5,03	-2,19	
Suínos	Cab.	266.040	246.871	271.322	275.036	271.147	285.641	5,35	7,37	
Equinos	Cab.	203.391	229.721	235.153	265.944	264.012	274.297	3,90	34,86	
Mel (Apicultura)*	kg.	156.171	153.485	124.827	118.497	-				
Leite (1000 litros)*	Lt.	355.498	267.310	269.890	135.958	69.248	8.012 ***	-88,43	-97,75	
Couro**	Un.	850.000	950.000	1.150.000	1.413.652	686.226	2.914.000	324,64	242,82	

* dados de 2015 (Janeiro - Agosto)

** Fonte: MDIC balança comercial (Janeiro - Agosto)

*** Corresponde aos laticínios com SIE



Analisando as tabelas e os gráficos relativos à evolução do rebanho tocaninense fica claro que o efetivo do rebanho está estagnado em torno de oito milhões de cabeças. No entanto, há o crescimento expressivo da avicultura nos últimos cinco anos. Este é o viés potencial para atuação dos polos de produção: melhorar os índices da pecuária bovina e manter a taxa de crescimento da avicultura. Em relação ao setor cárneo, a expectativa é de crescimento acelerado, especialmente as carnes de suíno e frango, em função do aumento na produção de grãos e da demanda mundial por proteína animal que indica tendência de melhores preços ao produtor rural.

Neste contexto, o Tocantins poderá contribuir de forma expressiva, investindo em recuperação de pastagens degradadas, maior lotação (unidade animal por hectare), integração lavoura/pecuária/floresta, melhoria da qualidade genética de seus rebanhos com isso reduzir significativamente o tempo do animal sobre o pasto, melhorando a produtividade, com desmatamento zero, diminuindo o impacto das emissões de gases de efeito estufa.

O Estado do Tocantins exporta produtos e subprodutos cárneos de bovinos, para países como a Rússia, Chile e Uruguai e para outros destinos. Com a liberação do mercado dos Estados Unidos, o Tocantins e outros 13 Estados da federação, todos livres da febre aftosa com vacinação, poderão exportar carne in natura o que acarretará em um potencial de exportação de pelo menos 100 mil toneladas por ano para os frigoríficos nacionais, garantindo abertura de novos mercados.

O Tocantins tem avançado muito no setor de aquicultura e pesca nos últimos 20 anos, tendo a produção do Estado crescido 150 vezes, sendo que serão 18.000 toneladas de pescado produzidas em 2015. O Estado conta hoje com 4 (quatro) frigoríficos com Serviço de Inspeção Federal - SIF exportando para vários estados brasileiros, além de 10 laboratórios de alevinagem que abastecem o mercado interno e externo. A utilização dos reservatórios das Usinas Hidroelétricas garantem um aumento do potencial do Estado para produção de pescado de 900.000 t/ano, aproximadamente duas vezes a produção nacional, destacando o Estado como promessa de referência no setor.

3. AGRICULTURA

A produção de grãos no Estado do Tocantins apresenta taxas de crescimentos elevadas nos últimos dez anos, impulsionada principalmente pela crescente demanda de grãos no mercado mundial. Segundo as estimativas, essa demanda manterá a tendência de crescimento nos próximos anos, principalmente com os investimentos que serão realizados na região do MATOPIBA, com possibilidades de grande aumento da produção, com expansão de áreas plantadas com incremento da produtividade das culturas em função da utilização de tecnologias agropecuárias. Neste sentido, podemos afirmar que nos próximos quatro anos a produção de grãos no Tocantins deverá crescer entre 40 a 60%.

CRESCIMENTO DO PLANTIO DE GRÃOS NO TOCANTINS DE 2005 A 2015

CULTURA	ÁREA PLANTADA / SAFRA (Mil Hectares)										Cresc. (%) 10 anos
	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	
SOJA	309,5	267,7	331,6	311,4	364,3	404,7	451,2	549,6	748,4	849,6	174,51
MILHO	75,4	85,9	96,3	83,9	77,7	97,1	103,6	95,2	151,9	218,3	189,52
ARROZ	105,5	156,7	157,1	127,6	142,2	140,8	119,9	119,1	113,9	127,5	20,85
SORGO	21,1	12,0	22,0	29,1	21,3	20,2	21,5	19,1	20,4	21,4	1,42
FEIJÃO	12,4	12,9	16,9	21,6	26,7	28,5	35,5	23,4	21,1	21,3	71,77
ALGODÃO	-	0,7	1,6	2,8	4,0	5,5	7,5	6,0	4,8	7,7	1000,00
AMENDOIM	-	-	2,1	2,7	3,0	1,7	2,5	1,5	0,8	2,4	14,29
TOTAL	523,9	535,9	627,6	579,1	639,2	698,5	741,7	813,9	1.061,3	1.248,2	138,25

Outros setores de destaque na agricultura tocaninense em termos de potencial de expansão são a fruticultura por meio dos projetos de perímetros irrigados, e a cultura da mandioca, utilizada para fabricação de farinha, fécula e polvilho, além da produção da raiz para consumo.

4. FLORESTA PLANTADA

A cadeia produtiva das florestas plantadas conta atualmente com área de 131.816,28ha, segundo levantamento realizado, com um crescimento expressivo nos últimos 5 anos, estimulando o governo a formular e incentivar a implementação do Plano Estadual de Florestas do Tocantins que possui uma meta de alcançar 850 mil hectares de florestas plantadas. .

As perspectivas futuras do setor de florestas plantadas apontam para crescimento em função da demanda por produtos madeireiros e o desenvolvimento de polos industriais que tendem a despertar interesse de investidores.

5. PERÍMETROS IRRIGADOS

Os perímetros públicos de irrigação do Estado do Tocantins são obras e empreendimentos financiados junto ao Ministério da Integração Nacional, tendo como objetivo principal a ampliação de áreas irrigadas e a aplicação de tecnologia no campo através dos diversos métodos de irrigação disponíveis, aproveitando as características de solo, clima e disponibilidade hídrica do território tocaninense.

Os projetos públicos de irrigação compreendem uma área aproximada de 44.643 hectares, sendo que estão em operação 36.143 hectares, e em fase de estudo 8.500 hectares, distribuídos nas diversas regiões administrativas do Estado do Tocantins.

Os principais empreendimentos públicos são:

• Projeto Rio Manuel Alves

Projeto Rio Manuel Alves localizados nos municípios de Porto Alegre do Tocantins e Dianópolis, com uma área total de 3.792 hectares e que já opera cerca de 940 hectares com a produção de banana, abacaxi, manga, pinha e coco, beneficiando 101 produtores em 101 lotes, com previsão para ser incrementado ao processo produtivo a partir de 2016, uma área de 1.800 hectares de lotes empresariais.

• Projeto Rio Formoso

Esse é um empreendimento de grande importância econômica para o Estado com cerca de 27.787 hectares de área produtiva na região Sudoeste, no município de Formoso do Araguaia, consegue ser destaque na produção de Arroz, Soja e Melancia.

• Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João

Localizado no município de Porto Nacional, se destaca com uma área total de aproximadamente 3.361 hectares e operando cerca de 600 hectares na produção de Abacaxi, banana, Coco, manga e outros. A previsão para a operação plena do empreendimento está prevista para 2016 com mais 150 lotes.

• Projeto Gurita

No município de Itapiratins com uma área de 203 hectares em operação, para a produção de frutas (projeto sendo explorado pela empresa NOVA UNIÃO EMPREENDIMENTO LTDA, através de concessão por um período de vinte anos).

• Projeto Hidroagrícola Sampaio

Beneficiando diretamente os municípios de Sampaio, Carrasco Bonito e Augustinópolis, onde ações junto ao Ministério da Integração Nacional visam concluir as obras de infraestrutura de uso comum, promovendo a implantação de aproximadamente 1.000 hectares de área de fruticultura e grãos.

6. ESTUDOS E PROJETOS

Em fase adiantada de "Estudos e Projeto" o Ministério da Integração Nacional em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária tem dois empreendimentos altamente viáveis nos aspectos técnico-econômico-financeiro-ambiental para a região Sudeste, o Projeto Chapada da Natividade e o Projeto Rio Sobrado. Outro aspecto positivo com a implantação de tais empreendimentos é o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida das famílias nos municípios beneficiados, além de viabilizarem a permanência da população rural no campo e a instalação de empresas prestadoras de serviços aos pequenos e médios produtores qualificados e aos próprios empresários rurais.

7. PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

São de relevância estratégica para o desenvolvimento da agropecuária, as ações que incentivam o apoio às atividades de pesquisa, a adaptação, validação e transferência de tecnologias ao setor produtivo, dando suporte tecnológico para o desenvolvimento do Estado.

Por meio dos centros de referência de tecnologia em várias áreas de produção, a exemplo do Centro Agrotecnológico de Palmas, instalado em uma área de 350 ha, o Estado conta com uma infraestrutura básica de funcionamento destinado ao desenvolvimento tecnológico, por meio de instalação de unidades de pesquisa, validação e adaptação tecnológica, produção de mudas, capacitação e realização de eventos técnicos.

Eventos como a Agrotins, maior Feira de Tecnologia Agropecuária da Região Amazônica do Brasil, traz, anualmente, os últimos lançamentos de tecnologia em exposição para o setor agropecuário. O agronegócio tocantinense caminha para a sustentabilidade, focado na melhoria da produtividade por meio da inovação tecnológica sistemática e da inclusão social das comunidades rurais, podendo contribuir significativamente para garantir a melhoria na distribuição de renda e na redução da pobreza.

8. PLANO ABC-TOCANTINS

O Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC-TOCANTINS) refere-se a uma importante parte dos compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil de reduzir suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), na COP-15, em 2009, realizada em Copenhague, Dinamarca.

O Plano ABC-TO tem por finalidade promover ações tecnológicas que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no sistema produtivo agropecuário, aumentando a produção e a renda, preservando os recursos naturais e viabilizando qualidade de vida para as próximas gerações.

Em consonância com o Plano Nacional, o Plano ABC-TO está estruturado em sete programas: Recuperação de áreas de Pastagens Degradadas (RPD), Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs), Sistema de Plantio Direto (SPD), Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), Florestas Plantadas, Tratamento de Dejetos Animais e Adaptação às Mudanças Climáticas.

As atividades relacionadas aos programas do Plano ABC-TO são direcionadas para ações de gestão, articulação institucional, capacitação e divulgação de tecnologias de produção sustentáveis e linha de crédito - Programa ABC, aprovada pelo Governo Federal, no desenvolvimento sustentável do setor agropecuário

9. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, dentre os dez maiores desafios para humanidade nos próximos anos, destacam-se: energia renovável, água, alimentos, meio ambiente e pobreza. Neste quesito a agricultura familiar tem reafirmado sua relevância, quando se verifica que é decisiva para o enfrentamento destes desafios postos a sociedade.

No entanto, cabe destacar que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER é primordial neste processo, configura-se como ponte entre a pesquisa e a produção numa relação dialógica na construção de novos conhecimentos, contribuindo significativamente para o produtor rural aprimorar suas atividades no campo, estimular a inovação tecnológica, promover a agregação de valor aos produtos por meio do processamento, qualificar a gestão rural e fortalecer atividades econômicas.

A ATER tem como missão central a difusão do conhecimento e a promoção de políticas públicas para o setor rural,.: Combate à Pobreza Rural - Brasil Sem Miséria; PRONAF; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; habitação rural; energia elétrica; água/saneamento; saúde; segurança alimentar e nutricional; inovação tecnológica; educação no campo; políticas para mulheres, jovens, idosos; reforma agrária; infraestrutura, fomento e organização rural.

Esta mesma agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, por 80% da mão-de-obra empregada na agricultura, por 9% do PIB nacional. A agricultura familiar é fundamental para preservação da agrobiodiversidade, a manutenção das famílias na atividade agrícola, a democratização dos meios de produção, e a criação de novas oportunidades de sustento, reduzindo assim, o êxodo rural.

Diante da situação de crise econômica que se instala no país, a definição do Ruraltins como órgão fundamental nas ações do Desenvolvimento Agrário e de fomento à Agricultura Familiar, vem de encontro com as necessidades básicas do produtor rural tocantinense que busca o aprimoramento de suas atividades econômicas e de cidadania.

Com o intuito de fortalecer a agricultura familiar do Estado do Tocantins, o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, o RURALTINS, deverá potencializar a difusão de tecnologias e inovações no meio rural, buscando a integração das diversas cadeias produtivas e geradoras de conhecimento, tanto formais como informais, fazendo uso dos recursos naturais como mecanismos de geração de emprego e renda no meio rural.

Diante disto, o RURALTINS tem como meta para os próximos quatro anos, o atendimento de oitenta mil agricultores familiares tocantinenses com repetição. Atualmente o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins, conta com diversos profissionais atuando como extensionistas da área social que participam da promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Na estratificação desta população familiar, dados do INCRA, reportam no Tocantins, 374 projetos de assentamentos rurais, com área total de 1,22 milhão de hectares, onde foram assentadas 24.859 famílias. O Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiou diretamente 3.820 famílias, com 975 contratos de financiamento e área de aproximadamente de 92.311,13 hectares em 60 (sessenta) municípios tocantinenses. Atualmente, dispomos de 38 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares (atualizado em 10/09/2015) com uma população estimada em 2.000 famílias. Existem implantados 17 projetos de assentamentos / reassentamentos rurais constituídos a partir da formação dos reservatórios das hidroelétricas Luís Eduardo Magalhães, Estreito e Peixe-Angical e 15 projetos de assentamento constituídos pelo Governo do Estado (Itertins) atendendo 734 famílias. Dados do MPA/SFPA-TO contabilizam 35 colônias, com 7.500 pescadores artesanais no Estado. Estima-se uma população de 500 famílias que sobrevivem do extrativismo vegetal no Tocantins.

A garantia de mercado para os seus produtos e a disponibilidade de crédito estimula os agricultores a se estruturarem para conquistar novos mercados. Dependendo do porte do município, as compras públicas podem representar um volume significativo de produto e a possibilidade concreta de viabilização de unidades familiares de produção, através da abertura do mercado institucional para associações de agricultores, organizadas e formalmente constituídas. A compra institucional do governo federal envolve dois programas importantes que possibilita a viabilidade da comercialização dos produtos da agricultura familiar que são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Há um grande distanciamento entre a competitividade da agricultura empresarial (o agronegócio) e a agricultura de base familiar, e tem pressionado os governos e os formuladores de políticas para construir as alternativas adequadas e necessárias para manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar.

Problemas estruturais relacionados ao tamanho reduzido de suas áreas, a insuficiência e/ou inadequação de tecnologias apropriadas às suas condições socioeconômicas, associados aos baixos índices de fertilidade dos solos são questões que precisam ser enfrentadas e superadas. O fortalecimento e a ampliação da assistência técnica de base agroecológica, sistemática e apropriada às dinâmicas e diversidade da agricultura familiar do Estado se faz urgente e necessária.

Outro grave problema enfrentado pelos agricultores familiares está relacionado a comercialização de seus produtos. A distância dos centros consumidores, os altos custos de transporte, a carência de estruturas de armazenamento e processamento da produção, faz com que seus produtos sejam comercializados a preços muito baixos, muitas vezes insuficientes para remunerar os custos de produção quando não, impedindo a comercialização, principalmente para os mercados institucionais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Outro desafio determinante é a questão da tecnologia rural para a agricultura familiar. É possível pensar em tecnologia, em avanço tecnológico e inovação no sentido de adequá-las às necessidades destas populações e atender às demandas dos diferentes segmentos (tipos) de agricultores ou de agriculturas familiares. Porém é necessário que tenhamos uma assistência técnica e extensão rural qualificada e estruturada, para atender estas demandas. Conseguiremos uma melhor resposta em termos de modernização, em avanço tecnológico, se tivermos uma ATER com recursos logísticos e quadros técnicos preparados para esta transferência tecnológica e de inovação, oportunizando a estas famílias tocantinenses a capacidade de alavancar a produção alimentar em escala e de forma competitiva com a produção de alimentos, e fazer frente às exigências das legislações vigentes e do mercado.

10. AGREGAÇÃO DE VALOR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E COMERCIALIZAÇÃO

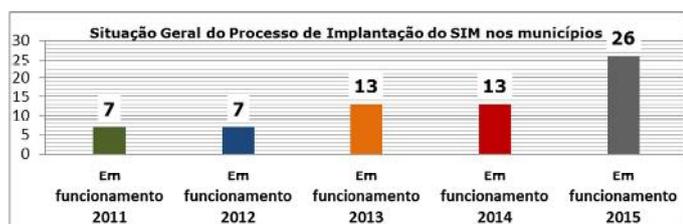
O apoio contínuo às agroindústrias é um importante objetivo do Governo, sejam elas consolidadas, em reforma/adequação ou implantação, por meio de orientações quanto a plantas arquitetônicas, fluxograma que impeça cruzamentos e contaminações de alimentos, orçamentos de obras, meio ambiente e treinamento em BPF - Boas Práticas de Fabricação, promovendo ainda o monitoramento nas fases de implementação.

Nos próximos anos haverá grande avanço no fornecimento de carnes inspecionadas à população de 17 municípios e suas regiões, com a construção de matadouros municipais no âmbito do Projeto PDRIS.

Para apoio às bacias leiteiras, a Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária está distribuindo tanques de resfriamento de leite aos municípios de Araguaína (23), Guaraí (05) e Paraíso (17), totalizando 45 equipamentos que possibilitarão a coleta, transporte e processamento de leite, assegurando a qualidade, com reflexos econômicos, sanitários e de segurança alimentar.

Para o próximo PPA 2016-2019 as atividades de apoio ao desenvolvimento da industrialização de frutas e excedentes de produção serão priorizadas, por meio de estudo de processos de desidratação, fabricação de doces, conservas e compotas, especialmente para o atendimento aos projetos de fruticultura, a exemplo dos projetos São João e Manuel Alves.

Ainda para a regularização sanitária e ambiental com vistas a permitir que os pequenos produtores rurais possam ter acesso aos mercados e programas governamentais como Compra Direta, PNAE, Conab e outros, a Seagro tem realizado atividades para implantação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM em 66 municípios do Estado, por meio de orientações técnicas e diversas capacitações de agentes públicos municipais.



Associado aos incentivos ligados a agregação de valor a produção agropecuária é essencial à estruturação do sistema de comercialização e abastecimento. O Estado implantou e vem ampliando a Central de Abastecimento do Tocantins - Ceasa que tem a função de promover o abastecimento alimentar, garantindo a regularidade e sanidade dos produtos hortifrutigranjeiros para todo o Estado. Atualmente, a Ceasa abastece 16 cidades da região metropolitana de Palmas, comercializando em torno de 16 mil toneladas de alimentos por ano.

Os principais desafios da comercialização e abastecimento no Estado são os seguintes:

I - estruturação e organização das cadeias produtivas com foco no atendimento da demanda alimentar do Estado, bem como a exportação do excedente de produção;

II - implementação de melhorias de infraestruturas necessárias na Central de Abastecimento - Ceasa;

III - o associativismo e cooperativismo para produção como oportunidade de juntar esforços de produção e comercialização coletiva unificação de capital e esforços;

IV - estruturação e organização das cadeias por meio de estratégias prioritárias visando reduzir custos de produção e elevar o valor agregado, expandindo as margens de lucro;

V - capacitação das organizações sociais para o exercício de ações coletivas;

VI - aumento da participação das associações de produtores rurais e cooperativas na organização e participação dos eventos agropecuários, oportunizando a contribuição do produtor rural na melhoria dos resultados a serem alcançados;

VII - desenvolvimento de políticas para a produção de alimentos orgânicos e inovação tecnológica pela incorporação de tecnologias sociais nas organizações.

11. DEFESA AGROPECUÁRIA

O mercado internacional é de vital importância para expansão do agronegócio brasileiro. O setor apresenta competitividade ímpar no cenário global, garantindo ao país posição de líder em produção e em exportação de muitos produtos agrícolas. Porém, para garantir acesso a novos mercados é fundamental agilidade na negociação de protocolos e certificados sanitários e fitossanitários. Neste contexto, a Defesa Agropecuária é primordial pelo atendimento e manutenção das garantias sanitárias exigidas pelos mercados consumidores.

Sem o foco de febre aftosa há 18 anos, o Tocantins vem preservando um status sanitário reconhecido pela OIE - Organização Mundial de Saúde Animal de livre da febre aftosa com vacinação. Exportando direta e indiretamente para mais de 100 países, entre eles o mercado chileno, a União Aduaneira - Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão.

Outras novidades são a oportunidade do produtor emitir a eGTA - Guia de Trânsito Animal eletrônica em qualquer escritório do órgão, independente do local onde a ficha cadastral é movimentada, e a alimentação da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), facilitando as informações entre Estados da federação.

Várias são as demandas para que a ADAPEC continue como destaque nas atividades de defesa sanitária nos próximos anos, tais como: implantar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária-SUASA; fazer com que o Tocantins alcance o status sanitário reconhecido pela OIE - Organização Mundial de Saúde Animal com livre da febre aftosa sem vacinação, assim como o reconhecimento internacional de área livre de peste suína clássica; controlar as síndromes nervosas dos herbívoros, anemia infecciosa equina, mormo, doenças das aves, brucelose e tuberculose animal; elevar as ações de biossegurança evitando que novas doenças cheguem aos rebanhos; aderir ao SISBI-POA; promover a certificação de estabelecimentos rurais aprovados no Sistema de Identificação Individual de Bovinos - SISBOV.

12. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O Estado do Tocantins tem necessidade de fomentar a ocupação agrária, buscar a diminuição dos conflitos fundiários, bem como a aplicação de subsídios práticos sobre a utilização de técnicas avançadas no processo de regularização fundiária do Estado do Tocantins para alcançar resultados satisfatórios com as mesmas.

O Tocantins possui uma área de 27,762 milhões de hectares, da qual, já foi regularizado um total de 18,794 milhões de hectares, restando 8,967 milhões de hectares a serem regularizados.

Até o final do PPA 2016-2019, pretende-se promover a regularização fundiária de, aproximadamente, 1,568 milhão de hectares, o que representa cerca de 17,5% (trinta por cento) da área total a ser regularizada, para tanto, serão celebradas parcerias (convênios) com a união, por meio do INCRA e da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFAL.

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins tem buscado dar continuidade e efetividade a política de regularização fundiária no país, em especial, do Tocantins. O Instituto promoverá a realização da 3ª Oficina dos Órgãos de Regularização de Terras dos Estados da Amazônia Legal, com o apoio e colaboração do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA por meio da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, com o objetivo de debater pauta política e governamental sobre os desafios e os caminhos para regularização fundiária, levantando o compromisso e acordo entre Estado e União para enfrentar os principais temas afetos à regularização fundiária no bioma da Amazônia.

13. PRODUÇÃO E MEIO AMBIENTE

O Tocantins é um Estado dinâmico onde o avanço da fronteira agropecuária geram altas taxas de conversão da vegetação natural em pastos e áreas de cultivo, que necessariamente devem estar pautadas pelas obrigações legais associadas ao controle ambiental do uso dos recursos naturais, evitando e minimizando a geração de impactos a diversidade biológica, estoque de recursos naturais e serviços ecossistêmicos.

A dicotomia entre produção e ocupação para produção necessitam de um balanço de forças para que não se gere grandes perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Diante dessa situação, um dos principais desafios para o Estado do Tocantins reside na necessidade de fortalecer a gestão ambiental de forma integrada, como exemplo a consolidação do Cadastro Ambiental Rural e do Licenciamento Ambiental. Estimular processos que garantam a restauração e recuperação de áreas degradadas, a gestão de resíduos sólidos, a gestão e consolidação das unidades de conservação, os serviços ambientais através de mecanismos de PSA e de outros instrumentos serão as respostas necessárias para se ter o desenvolvimento sustentável do Estado.

Mesmo com grandes avanços registrados com a criação da legislação ambiental do Estado será fundamental o aperfeiçoamento e a construção de novas políticas ambientais, tendo em vista o aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre temas novos como mudanças climáticas, serviços ambientais, efeitos sinérgicos dos impactos ambientais e outros.

A implementação das Políticas Públicas voltadas à questão ambiental proporcionará o fortalecimento da gestão ambiental no Estado, definirá as iniciativas que serão necessárias para orientar o uso dos recursos naturais e promoverá o fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos ambientais gestores de políticas públicas.

As demandas hídricas no Estado do Tocantins se concentram na agricultura irrigada (78,4%), pecuária (12,9%), o abastecimento humano (6,7%), mineração (1,4%) e indústria (0,6%). Diante destas demandas, é possível dizer que o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins será definido pela disponibilidade de água, tanto em quantidade quanto em qualidade. Implicando necessariamente na alocação dos usos de recursos hídricos no território.

O Sistema de Gestão de Recursos Hídricos é pautado por uma base institucional sólida e capaz de dar resposta às demandas que surgirão no futuro. Isto implica na reavaliação da atual estrutura institucional e na promoção de alterações nos documentos legais. Buscando a compatibilização de políticas, planos e programas governamentais com a gestão integrada dos recursos hídricos. Fortalecendo o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, visando sua estruturação, com foco na sustentabilidade financeira, técnica e institucional.

Política estadual de meio ambiente e recursos hídricos

É inegável a situação das contas públicas que o Governo encontrou o Estado do Tocantins, e que demandam uma maior austeridade dos gestores para minimizar a atual situação. Ao mesmo tempo é essencial compatibilizar esse quadro com a demanda efetiva de trabalho e desafios da área ambiental frente às demandas crescentes decorrente do processo de desenvolvimento do Estado, bem como às demandas internacionais como mudanças climáticas e mais recentemente à crise hídrica.

Dentre os desafios da agenda ambiental, que é ponto estratégico para o crescimento econômico do Estado, temos:

I - o novo código florestal em que todas as propriedades rurais deverão promover a sua regularização, e com isso um trabalho hercúleo de acompanhamento dos processos de restauração e controle de desmatamento;

II - o Estado faz parte de um eixo de integração de modais, fronteira agrícola e aporte energético, o que coloca o Tocantins, como Estado potencial de um novo polo de produção, demandando das empresas empreendedoras eficiência e eficácia no licenciamento ambiental;

III - o Tocantins é o portal de entrada da Amazônia e vários esforços de Governo vem sendo tomado para compatibilizar o desenvolvimento sustentável e a proteção da biodiversidade e assim é essencial um novo modelo de gestão de Unidades de Conservação, que além de proteger os recursos naturais garantem a manutenção dos serviços ambientais para a economia e o bem estar da sociedade;

IV - a necessidade imediata de promover uma reengenharia na gestão ambiental que passa necessariamente pela Modernização do Naturatins, garantindo que as atividades autorizadas pelo órgão estejam de acordo com a legislação vigente, ocorram de forma ágil e possam ser monitoradas de forma eficiente, aliando tecnologia e um quadro de técnicos capacitados, o Naturatins dará uma resposta diferenciada na gestão dos recursos naturais para o país;

V - a crise hídrica do centro sul do Brasil, associado ao processo de melhoria constantes do sistema modal e energético na região denominado MATOPIBA, certamente demandará do Estado uma capacidade de atração de investimentos, decorrente destes cenários, e, certamente, a segurança jurídica e agilidade nos processos ambientais serão pontos-chaves na tomada de decisão dos investidores privados.

Os objetivos estratégicos para aprimoramento da Agenda Ambiental e Recursos Hídricos são:

- promover a proteção e gestão de Unidades de Conservação do Estado, com a efetiva gestão compartilhada dos benefícios ambientais dessas áreas, com o povo tocaninense;
- promover ações de fiscalização ambiental com vistas a preservação e proteção dos ecossistemas e manutenção de serviços ambientais;
- efetivar o fluxo de dados e informações ambientais de forma transparente para que a sociedade tocaninense participe efetivamente da gestão sócio ambiental do Estado;
- promover o monitoramento e inspeção ambiental de empreendimentos regularizados no Naturatins, garantindo segurança jurídica e ambiental das atividades produtivas do Estado;
- estabelecer parcerias e cooperação financeira com organismos nacionais e internacionais na implementação de iniciativas estratégicas da Agenda Positiva do Naturatins;
- promover iniciativas de pagamento por serviços ambientais no Estado por meio de ações voltadas a processos de restauração ambiental, gestão ambiental de bacias hidrográficas e conservação de estradas rurais;
- realizar a regularização ambiental de propriedades rurais e empreendimentos passíveis de licenciamento, de forma compartilhada, dentro de padrões de eficiência e inovação do controle dos recursos naturais, hídricos e florestais;
- promover a melhoria das condições de trabalho para execução da política estadual de meio ambiente com o desenvolvimento e modernização institucional ampliando a capacidade de atendimento da população;
- potencializar o comprometimento e a motivação dos servidores por meio da valorização de suas competências e desempenho, associada ao permanente processo de formação e qualificação técnica.

14. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Com o intuito de promover a desconcentração da prestação de serviços públicos, reduzindo as desigualdades entre as regiões do Estado, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento Regional, com objetivo de promover os desenvolvimentos regional e local.

Outra iniciativa desta gestão será a estruturação e operacionalização de pelo menos quatro consórcios públicos intermunicipais, entre os anos de 2016 a 2019, onde os mesmos serão alocados as estruturas físicas das superintendências regionais. Os consórcios poderão atuar em diversas áreas tais como: gestão de resíduos sólidos, manutenção de estradas vicinais, habitação de interesse social, capacitação de gestores municipais, dentre outros.

15. DESENVOLVIMENTO URBANO

A concepção desse eixo baseia-se no entendimento de que as ações do desenvolvimento urbano devem ser integradas em todas as suas dimensões, tendo como base uma estrutura de gestão a ser implementada de forma descentralizada e participativa. Cabe salientar a importância da integração do eixo com as três esferas de governo, de modo que suas propostas sigam, em linhas gerais, o que define o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que tem como objetivo central a "implantação dos instrumentos fundiários do Estatuto da cidade" por meio da capacitação e da informação ampla às gestões municipais.

Em fevereiro deste ano foi dado início ao projeto de regularização fundiária das quebradeiras de coco do bico do Papagaio, onde serão regularizados 884 lotes do programa PPI - Favelas. Ações como esta que o Estado pretende estabelecer uma política estadual de desenvolvimento urbano, baseada na parceria com todos os municípios tocaninenses, viabilizando o desenvolvimento harmônico e adequado.

16. HABITAÇÃO

Com relação à gestão habitacional do Tocantins, dadas as dificuldades, com muito trabalho e criatividade foram feitas reprogramações e retomadas de obras paralisadas em todo o Estado, com previsão das primeiras unidades a serem entregues ainda este ano. A Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação - SEDRUH lançou um programa inédito do Minha Casa Minha Vida, faixa 2 para atender aos servidores públicos de todas as esferas.

Esse programa tem, em Palmas, 3.250 unidades habitacionais já com os primeiros contratos assinados e em breve o governo pretende estendê-lo para todo o Estado. Foram retomadas também as obras do Minha Casa Minha Vida 1, que tem na sua totalidade 3.539 unidades habitacionais onde foram beneficiados 122 municípios em todo o Estado. Foi feita também, pelo Estado, a doação de uma área urbana a entidades ligadas aos movimentos sociais onde serão construídas 2.220 unidades.

O Governo do Estado trabalha com afinco e muita transparência por uma política municipalista habitacional, estreitando as relações com as prefeituras para a celebração de convênios, utilizando o SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), mediante os diversos programas.

17. INFRAESTRUTURA

Atualmente, a malha rodoviária possui 13.175 km de estradas, das quais 5.987 km de rodovias pavimentadas e 7.188 km de rodovias que ainda carecem de pavimentação. Do ponto de vista logístico, o Estado se destaca pelo excelente potencial para integração dos diversos modais de transporte, ainda mais com a estrutura advinda da Ferrovia Norte-Sul. Tem-se ainda o Projeto como o PDRIS que deixará como benefícios melhorias em estradas vicinais de 72 municípios do Tocantins, levando às famílias que vivem nas regiões centro-oeste, sudoeste e noroeste mais segurança e conforto, além de colaborar com o escoamento da produção e transporte seguro, contribuindo assim, para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda. O projeto ainda trará como benefícios a recuperação das rodovias estaduais e contribuirá para melhorias da competitividade e da integração regional, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Além disso, fomentará a eficácia do transporte rodoviário e dos serviços públicos em apoio ao desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do Estado.

O desafio prioritário da gestão atual para o próximo quadriênio será o aumento do investimento, atualmente limitado pela falta de infraestrutura e dificuldades na política econômica nacional.

Será desafio da Secretaria de Infraestrutura ainda, desenvolver os modais necessários e indispensáveis para o processo logístico do Estado, principalmente no que tange o modal aeroviário, que ainda é incipiente e precisa ser melhorado para atender as necessidades dos usuários e as demandas produtivas das diversas regiões do Tocantins, com polarização nos eixos Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional.

O Sistema de Iluminação Pública é essencial para a segurança do tráfego, a prevenção da criminalidade, o embelezamento das áreas urbanas, a valorização dos monumentos de valor artístico, prédios e paisagens, para a orientação de percursos e passeios, bem como permitir aos cidadãos aproveitarem melhor as áreas de lazer e o espaço urbano. A chegada da energia elétrica facilita a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas.

18. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os incentivos fiscais concedidos pelo Governo, aliados a fatores positivos como localização, clima, patrimônios ambiental e hídrico e o potencial logístico, têm atraído a atenção de empresários do Brasil e do mundo. A logística, a partir do Tocantins, se consolidou em 2015, com investimento efetivo de R\$ 380 milhões da Valor Logística Integrada (VLI) nos pátios rodoferroviários de Porto Nacional e Palmeirante; somados aos investimentos de R\$ 3,55 milhões no Terminal de Logística de Cargas (TECA) do Aeroporto de Palmas; e ainda, com o Ecoporto Praia Norte, que já teve investimento da ordem de R\$ 10 milhões.

Na missão de promover o desenvolvimento econômico sustentável, fortalecendo a capacidade competitiva dos setores comercial, industrial, mineral e turístico, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) realizou, ao longo deste ano, uma série de ações com impacto positivo direto na economia do Estado. Entre elas, está a aproximação, por meio de reuniões, do empresariado local.

Os incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Tocantins garantiram, até agora, a atração de empresas de setores como mineração, grãos, sementes, frigorífico, fármacos entre outros, com investimentos projetados em aproximadamente R\$ 100 milhões e a previsão de gerar mais de 700 novos empregos. Por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), vinculado à Sedetur, também foram firmados convênios que possibilitaram a realização de eventos como as tradicionais feiras agropecuárias nos municípios, promovendo emprego e renda a centenas de famílias.

Para atrair novos empresários e dar oportunidade de crescimento aos que já estão instalados no Tocantins, foi aprovado nesta gestão o microparcelamento para implantação do Distrito Industrial 65, em Palmas; realizado o diagnóstico dos Distritos Industriais do Estado e, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), garantida a revitalização do Parque Industrial de Gurupi, dos Distritos Industriais de Paraíso, Colinas e Porto Nacional. Outras ações foram desenvolvidas na área de mineração e apoiando os empresários locais

19. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O Tocantins tem um patrimônio natural e cultural que representa uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, por meio da atividade turística: um setor que reúne 52 atividades econômicas, que é capaz de gerar emprego e renda com o mínimo de investimento.

Nesta perspectiva, a Sedetur, ao longo de 2015, teve suas atenções voltadas também para expor as potencialidades turísticas das regiões do Tocantins, com foco em atrair investidores para melhoria da infraestrutura. Empresários nacionais e internacionais foram recepcionados e receberam informações sobre as sete regiões turísticas: Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras e Lago/Palmas, Ilha do Bananal, Serras Gerais, Vale dos Grandes Rios e Bico do Papagaio.

Em 2015, a secretaria retomou a negociação do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado do Tocantins (Prodetur Tocantins). Este financiamento internacional contempla investimentos em pavimentação asfáltica na região do Jalapão e outros importantes projetos de interesse do setor de turismo.

Outra ação em fase de conclusão é a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Turístico para as regiões de Palmas, Jalapão e Cantão, que vão permitir e direcionar os investimentos públicos e privados nos próximos anos.

20. METROLOGIA

A Agência Estadual de Metrologia atua, assegurando que os produtos com certificação compulsória, que estão sendo ofertados à sociedade tocantinense, estejam dentro dos padrões metroológicos aceitáveis.

Para tanto, faz-se necessário que as políticas públicas estejam voltadas para fortalecer a concorrência entre as empresas e ao mesmo tempo proteger o cidadão-consumidor. Empresas que atuam à margem das regras de mercado, estabelecem a concorrência desleal e prejudicam a manutenção da economia local, e, por consequência, precarizam o desenvolvimento do setor produtivo do Estado, ao colocarem no mercado produtos e serviços que podem comprometer a saúde e o bolso da população.

A agência tem procurado ampliar sua atuação como órgão fiscalizador. Ações voltadas para a expansão da fiscalização metrológica: como o incentivo à criação de postos de cronotacógrafos pelos agentes privados, em regiões com fluxo intenso de caminhões, é um desses desafios que possibilitarão ao órgão alavancar as atividades fiscalizadoras, e ao mesmo tempo manter a sociedade sempre protegida eventos danosos.

21. JUNTA COMERCIAL

A Junta Comercial, por atribuição legal, é o órgão responsável pelo registro, fé pública e publicidade dos documentos arquivados pelos empresários, bem como conferir autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis mantendo atualizadas informações a elas pertinentes.

Além de atuar como “termômetro” da sociedade empresarial e da economia do Estado, vez que, é por meio dela que se dá a entrada e a saída para toda e qualquer empresa que queira iniciar ou encerrar suas atividades. Tem ainda por atribuições processar a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, além da matrícula e fiscalização de leiloeiros e armazéns gerais.

Por esse ângulo, a Jucetins tem como missão construir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas mercantis, a fim de poder, cada vez mais, prestar serviços de qualidade ao cidadão.

22. EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 determina no art. 212 que os Estados devem investir não menos que 25% do orçamento anual em educação e estabelece que esta, é direito de todos, dever do Estado e da família.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/96, no artigo 4º aduz que a Educação Básica é “obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Por sua vez o inciso IV do art. 10 determina que os Estados incumbir-se-ão de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem. O financiamento da educação básica dar-se-á em conformidade aos artigos 70 e 71 da LDB e é regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Em consonância com a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Tocantins assegura no art. 128 preconiza que os recursos destinados à educação deverão ser aplicados nos termos do Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025), Lei n. 13.005/2015, que orienta as políticas públicas de educação. Dentre as competências da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, definidas pela Lei nº 2.425/2011, destaca-se: desenvolver as políticas estaduais de educação e coordenar, planejar, organizar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades do Sistema Estadual de Educação.

Com o propósito de ser uma Secretaria de referência pela qualidade e excelência dos serviços educacionais prestados, a SEDUC tem como valores definidos pelo Planejamento Estratégico: o desenvolvimento integral do ser humano; a profissionalização e valorização dos profissionais da educação; a eficiência na oferta e nos resultados dos serviços educacionais; o compromisso e a transparência na gestão pública democrática e o uso correto dos recursos; a criatividade e inovação tecnológica. Para a verificação dos resultados alcançados toma-se como indicadores: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB; o Índice Estadual de Aproveitamento dos Alunos aferidos pelo Sistema de Avaliação Permanente da Aprendizagem do Estado do Tocantins - SisAPTO e o Índice de Desigualdade Sócio-Educacional - IDSED.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB é apurado pelo INEP a cada dois anos. Este índice mede o desempenho dos sistemas de educação, funciona como indicador que possibilita o monitoramento da qualidade da educação a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP, quais sejam, a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. O IDEB tem como escala máxima 6 pontos e na Rede Estadual de Ensino, conforme dados de 2013 tem-se: Anos iniciais Ensino Fundamental 5,1 pontos; Anos finais 3,7 pontos; Ensino Médio 3,2 pontos. Para os anos de 2016 a 2019 o principal objetivo almejado pela SEDUC é: "Promover a formação cidadã do aluno", para tanto, elegeram como indicador o IDEB do Ensino Médio, e como metas prioritárias Construção de 22 unidades escolares; Ampliação de 21 unidades escolares; Reforma de 59 unidades escolares; Aparelhamento de 22 unidades escolares; Aplicação de avaliação da aprendizagem para 18.406 alunos da 3ª série do ensino médio e Formação continuada para 6.623 profissionais da educação.

23. EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

A UNITINS na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como bem expressa nesta gestão, vem concretizando a sua missão institucional, pautando suas ações em um conjunto de valores, base do seu forte compromisso com a sociedade tocantinense.

Neste sentido, busca-se efetivar para os próximos 04 (quatro) anos, tendo em vista a realidade apresentada e a perspectiva desejada, os seguintes objetivos:

1. Nova institucionalização jurídica da Unitins, transformando-a em Autarquia,
2. Regionalização da Unitins,
3. Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores da Unitins
4. Ampliar a capacidade da UNITINS no desenvolvimento da pesquisa e inovação tecnológica
5. Potencializar a capacidade da Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária (Oepa)
6. Implantar cursos de Pós- Graduação *Lato Sensu e Strictu Sensu*
7. Ampliar a oferta de cursos de graduação na modalidade presencial e à distância
8. Desenvolver políticas de extensão

24. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E SUPERIOR

A Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação respalda-se na Lei 9.394/96 (LDB) para definir que a Educação Profissional é um sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar. A ampliação desta modalidade está previsto na Lei nº 11.195/05, com a disponibilização de financiamento para investimentos e manutenção. Pretende-se o fortalecimento da relação estabelecida entre a Educação Profissional e Educação Básica, numa perspectiva de integralização, bem como a investigação científica e inovação tecnológica para os jovens e adultos.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Partindo destes pressupostos, a EPT deve pautar-se: I- Formação (inicial e continuada) e valorização dos profissionais da EPT; II- Democratização do acesso e garantia de permanência de todos; III- Destaque à Formação para o setor de pesca; IV- (Re)significação do Ensino Agrícola; V- Política de legitimação social das Graduações Tecnológicas; VI- Formação de Mestres e Doutores; VII- Apoio / Difusão da Produção Científica.

A Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) destina-se à oferta de cursos técnicos de nível médio, através da educação a distância. Já o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) é desenvolvido em parceria com a CAPES/MEC e Instituições Públicas de Ensino Superior e Prefeituras Municipais nos 18 polos de educação a distância.

Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) são programas voltados para capacitação profissional em unidades de ensino e de profissionalização que oportunizem a população base tecnológica mínima para inserção no mercado de trabalho. Ademais, estas unidades podem atuar como centros de inclusão digital e social.

O Proeducar (Programa de Financiamento estudantil) visa financiar parcialmente (80%) os cursos de graduação de estudantes carentes matriculados em Instituições de Ensino Superior não gratuitas no Tocantins. Este programa já beneficiou mais de 5.355 (cinco mil trezentos e cinquenta e cinco) estudantes no Estado.

25. PROGRAMA CULTURA

A Secretaria norteia sua atuação a partir da definição de diretrizes destinadas à formulação da Política Estadual de Cultura, em conformidade com a Política Nacional de Cultura, com a Lei Orgânica do Estado e com o Conselho Estadual de Cultura na formulação de programas e ações intersetoriais que promovam a inclusão e a emancipação social.

A Política Estadual de Cultura investe na realização de ações que deem visibilidade e potencialize a pluralidade cultural do Tocantins, reconhecendo as manifestações culturais tradicionais, populares e regionais tais como: catiras, congadas, cavalhadas, ritmos percussivos (sússia, jiquitaia), benditas, excelências, coco, embolada, forró, ladainhas, baião, bem como a produção contemporânea que já alcança espaços nacionais de destaque dos setores criativos das artes visuais, artes cênicas, música, literatura, artesanato, cinema,

A SECULT incentiva e apoia eventos de natureza popular, tradicional e que estejam no Calendário Cultural do Tocantins, destacando as Festa de Nossa Senhora da Natividade, Festa do Divino Espírito Santo, Festejos de Nossa Senhora do Rosário, Caçada da Rainha, Roda de São Gonçalo, Romaria do Bomfim, Festa de Caretas de Lizarda, Carnaval com Entrudos e Cavalgadas.

26. PROGRAMA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Na área da Ciência, Tecnologia e Inovação, tem-se o programa da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE), com a proposta de integrar e gerar conhecimento, processos e produtos que promovam o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, contribuindo com a formação de doutores.

O Projeto Estruturante é desenvolvido em parceria com a Finep e tem o objetivo de financiar infraestrutura nas Universidades brasileiras para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

O Projeto Tecnologias para o Desenvolvimento Social tem como principal objetivo, contribuir para o fortalecimento das cadeias produtivas dos empreendimentos econômicos e solidários, formado por subprojetos em 21 municípios do interior do Estado.

Na área da Inovação, o projeto TECNOVA tem por objetivo subvencionar micro e pequenas empresas (30) para o desenvolvimento de inovação tecnológica, com proposta de financiamento a projetos de pesquisa e inovação nas áreas da indústria, comércio e serviços. Outrora, tem-se o Sibratec com intenção de estreitar as relações entre academia e empresários, em atendimento a 94 empresas tocantinenses.

Rede Tocantinense de Inovação (RTI) surgiu como um mecanismo para contribuir com a consolidação do processo de incentivo à inovação nas empresas, instituições científicas e tecnológicas, além da interação com a comunidade.

O objetivo do Programa INOVACRED é oferecer financiamento a empresas de receita operacional bruta anual ou anualizada de até R\$ 90 milhões, para aplicação no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, ou no aprimoramento dos já existentes, ou ainda em inovação em marketing ou inovação organizacional visando ampliar a competitividade de empresas no âmbito regional ou nacional.

27. SEGURANÇA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

I - Polícia investigativa

A questão da violência e da criminalidade se põe como uma das mais evidentes na agenda das discussões nacionais. Hoje, o Governo Federal e o Estadual, se empenham na implementação do Plano Nacional de Segurança Pública, atendendo a uma expressiva inquietação de toda sociedade brasileira, que vem exigindo a concepção e a execução efetiva de uma política sustentável para o sistema policial que se comprometa com a prevenção, a redução e o controle da criminalidade, alinhado aos denominados "Sistema Único de Segurança Pública - SUSP" e "Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI".

A violência e a criminalidade apresentam-se, nos dias atuais, como um dos principais problemas vividos pela população brasileira. No Tocantins em 2014, foram registrados 313 homicídios dolosos, correspondendo a uma taxa de 20,41 crimes por 100 mil habitantes, com crescimento de quase 14% se comparado a 2010. Outro grave problema é o crescimento do crime de tráfico de entorpecentes. Em 2011, no Tocantins foram apreendidos o total de 246 kg de cocaína, crack e maconha, e em 2014 foram apreendidos 1.127 kg, um aumento de 356%.

O que se pretende para os próximos quatro anos é implementar as ações necessárias à melhoria da segurança, do atendimento ao cidadão, da excelência na produção da prova técnica, da redução dos tempos de atendimento, de realização de perícias criminalísticas e médico-legais e de expedição de laudos, do aumento da capacidade de investigação criminal e, com isso, diminuir o tempo médio para a conclusão de inquéritos policiais instaurados.

Modificar radicalmente a forma como a Polícia Civil vem desenvolvendo suas atividades mediante a transformação de todas as delegacias em Delegacias Cidadãs, envolvendo desde a divisão do espaço físico até as rotinas das unidades policiais, com realização de estudo para padronização de normas e procedimentos das atividades de polícia judiciária, associada à capacitação dos profissionais, com vistas à introdução e difusão de inovações em suas atividades.

É preciso ampliar os serviços prestados pela segurança pública, interligando os sistemas por meio de redes de comunicação e banco de dados, integrando-os em um centro de informações para melhorar as funções administrativas, civil e criminal, além de melhorar o atendimento ao cidadão.

Outro fator de grande relevância será a ampliação do acesso à identificação civil, primando para que não seja negligenciado o direito à cidadania de nenhum tocantinense. A aquisição de unidade móvel possibilitará a emissão da carteira de identidade no ato do atendimento ao cidadão, nos municípios onde não têm Núcleo de Identificação, alcançando a zona rural e assentamentos.

Nos próximos anos, pretende-se promover a excelência do sistema de segurança pública no Tocantins, proporcionando ao Estado o exercício pleno da atividade persecutória e ao cidadão o gozo de direito fundamental da pessoa humana, além da diminuição da impunidade e, consequentemente, da criminalidade.

II - Polícia Preventiva

No tocante à segurança pública no Estado do Tocantins a terminologia Segurança Cidadã vem ganhando espaço com a atuação dos seguintes órgãos de segurança: Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e Bombeiros, onde especificamente à Polícia Militar tem como objetivo principal a redução dos índices de FURTOS E ROUBOS CONTRA O PATRIMÔNIO.

A questão de violência e a criminalidade se põem como uma das mais evidentes na agenda das discussões nacionais. O Governo Federal e o Estadual, com a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública, atendendo à inquietação da sociedade brasileira, que vem exigindo a concepção e a execução efetiva de uma política sustentável para o sistema policial, que se comprometa com a prevenção, a redução e o controle da criminalidade, alinhado aos denominados Sistemas Único de Segurança Pública (SUSP) e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

A segurança pública tem significado fundamental para a garantia da qualidade de vida dos cidadãos. Por isso, a violência e a criminalidade apresentam-se nos dias atuais como um dos principais problemas que acometem a população brasileira. A sensação de insegurança está diretamente relacionada à violência, que tem nos homicídios uma de suas expressões mais evidentes.

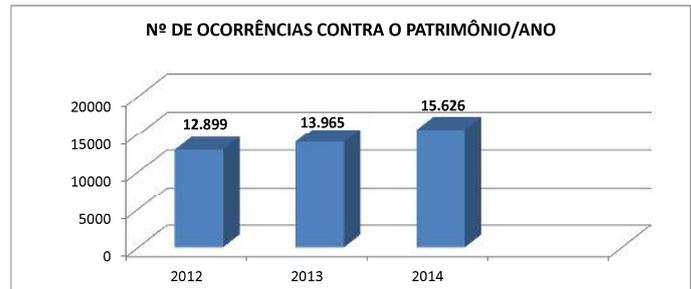


Gráfico: Evolução das ocorrências registradas contra o Patrimônio.
Fonte: Polícia Militar do Estado do Tocantins - Assessoria de Estatística e Análises Criminais

Observa-se que, no período de 2012 a 2014, houve um aumento de 17,45% nas ocorrências registradas contra o Patrimônio.

Os agentes que atuam na segurança pública visualizam que é preciso ampliar os serviços prestados pela segurança pública, interligando os sistemas por meio de redes de comunicação e banco de dados, interligando-os em um centro de informação para melhor funcionamento das funções administrativas, civil e criminal, visando assim melhorar o atendimento ao cidadão.

A Polícia Militar - PM e o Corpo de Bombeiros - BM atuam de forma conjunta e complementar em todo o Estado do Tocantins. A PM desempenha uma série de atividades que vão desde a educação, com o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e o Colégio Militar, até as mais específicas, como o Batalhão de Operações Especiais (CIOE), o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) e o Batalhão de Polícia Militar Rodoviário Estadual e de Divisas - BPMRED. Sendo sua atuação imprescindível para a manutenção da ordem pública e a garantia de segurança à população.

Dos 139 municípios do Tocantins, 110 contam com unidades da policial militar. Dessas, 38 unidades na área do Comando de Policiamento da Capital - CPC e 72 na área do Comando de Policiamento do Interior - CPI. Há 29 municípios com unidades desativadas em todo o Estado, as quais fazem parte do CPI.

Se o atendimento ao cidadão é falho, torna-se impossível ao Estado o exercício satisfatório do jus puniendi (direito de punir), o que gera a insatisfação da vítima, o aumento da impunidade e a sensação de insegurança, dentre inúmeros outros problemas decorrentes.

O que se pretende nesses próximos quatro anos é melhorar a imagem da Polícia Militar no Estado do Tocantins, contribuindo com a excelência do sistema de segurança pública, proporcionando ao Estado o exercício pleno da atividade persecutória e ao cidadão o gozo do direito fundamental da pessoa humana, além da diminuição da impunidade e, consequentemente, da criminalidade.

III - Trânsito no Tocantins

Em síntese, o DETRAN/TO deverá utilizar-se de três eixos permanentes para desenvolver suas atividades, os quais podem ser resumidos em "Educação para o Trânsito, Engenharia de Tráfego e Fiscalização do Trânsito".

Nestes aspectos o órgão tem buscado parcerias com os Municípios e Entidades Públicas e Privadas que atuam nas esferas do trânsito, mobilidade urbana e fiscalizações.

A Municipalização do Trânsito tem sido vista como um dos elementos importantes para a melhoria do trânsito em nosso Estado. A proximidade entre o cidadão e sua prefeitura, permite que políticas públicas na esfera municipal atendam as características regionais, sem se descuidar dos eixos fundamentais traçados pelo CÓDIGO TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB que são a "educação, engenharia e fiscalização do trânsito". Sobre este tripé, apoiado pelas ações na esfera federal e estadual, espera-se que nas vias municipais, rodovias estaduais e federais um trânsito mais seguro e humano.

Com o objetivo de reduzir o número de mortes e acidentes de trânsito, o Projeto "DETRAN: EDUCANDO PARA A VIDA", com investimentos da ordem de R\$ 15 milhões nos anos de 2012 a 2014, levou para as escolas públicas e privadas através de parcerias com a Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação, os temas que envolvem o Trânsito, fornecendo livros paradidáticos para o 1º ano ao 9º ano do ensino básico, capacitação de professores e apoio institucional. O projeto tem a finalidade de oportunizar ao jovem uma visão clara do tema, permitindo que no futuro esse jovem, ora como passageiro, ora como condutor de veículos tenha consciência da importância do respeito à legislação de trânsito como instrumento de redução de mortes e acidentes de trânsito. Nos próximos anos deverão ocorrer novas ações dessa natureza, porém com redução de custos e projetos que permitam a aplicação de recursos de forma otimizada e sem desperdício. Destaca-se que as campanhas de trânsito e "blitz" educativas tem se tornado um grande instrumento de convocação do cidadão com a finalidade de chamar a atenção dos problemas enfrentados pelo trânsito em nosso Estado.

Em 2015, o DETRAN-TO iniciou amplo processo de reestruturação sua área de fiscalização através do treinamento e capacitação dos seus fiscais de trânsito. Contando, atualmente, com 90 (noventa) servidores para atuar nas fiscalizações preventivas e repressivas, o órgão tem coibido não só os descaminhos de legislação de trânsito, como também o transporte de cargas ilegais. Em parceria com a Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, Secretaria da Fazenda do Estado - SEFAZ, Departamento de Estradas de Rodagem - DERTINS, Polícia Rodoviária Federal - PRF e Prefeituras Municipais o órgão está atuando de forma sinérgica coibindo o transporte irregular em nossas vias municipais, rodovias estaduais e federais onde atua por delegação. Para os próximos anos órgão irá disponibilizar veículos, equipamentos e treinamento que possibilitem uma atuação de acordo com que estabelece o Código de Trânsito Brasileiro.

No ano de 2010 o Governo Federal, juntamente com a Organização das Nações Unidas - ONU proclamou oficialmente o período de 2011 a 2020 como a "Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito" que visa estimular esforços globais e nacionais para conter ou reverter a tendência crescente de fatalidades e ferimentos graves em acidentes de trânsito. A meta do programa é a redução de 50% das vítimas e acidentes de trânsito no período de 10 anos, ou seja, uma redução anual de 5%, aproximadamente.

28. ASSISTÊNCIA SOCIAL

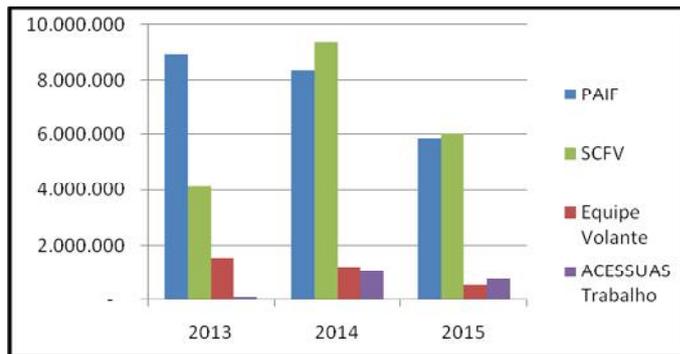
A Constituição Federal de 1988 colocou a assistência social no tripé da seguridade social com a saúde e a previdência social como política pública. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, a assistência social foi regulamentada como política pública garantidora de direitos sociais.

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS, implantado a partir de 2005 em todo o território nacional efetiva na prática a assistência social como política pública de Estado, criando novo modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social, redefinindo o pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - Municipal - IGDSUAS-M, é um indicador que mensura o resultado da execução financeira dos municípios, o índice varia de 0,00 a 1 que corresponde à média ponderada do Indicador de Desenvolvimento do CRAS - IDCRAS e Taxa de execução financeira. Como incentivo a União apoia financeiramente o aprimoramento da Gestão do SUAS aos municípios e Estado. A meta é que até 2019, 60% dos municípios alcance o índice >= 0,75, em consequência, haverá o aumento do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social Estadual IGDSUAS-E.

O Estado do Tocantins tem dois municípios de grande porte (de 100.001 até 900.000 habitantes), dois de médio porte (de 50.001 até 100.000 habitantes), seis de pequeno porte II (de 20.001 até 50.000 habitantes) e 129 de pequeno porte I (até 20.000 habitantes). De acordo com os dados disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento - MDS (Relatório de Informações Sociais 08/2015), na Proteção Social Básica existem 152 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e 148 são cofinanciados com Recurso Federal, referenciando 68.300 famílias; cinco municípios foram contemplados com Lanchas da Assistência Social; O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV atende 27.427 usuários, nas faixas etárias de 0 a 59 anos e idosos, sendo 13.444 em situação prioritária e 12.481 em situação não prioritária;

Gráfico: Repasse financeiro da União para os Municípios do Tocantins - Proteção Social Básica.



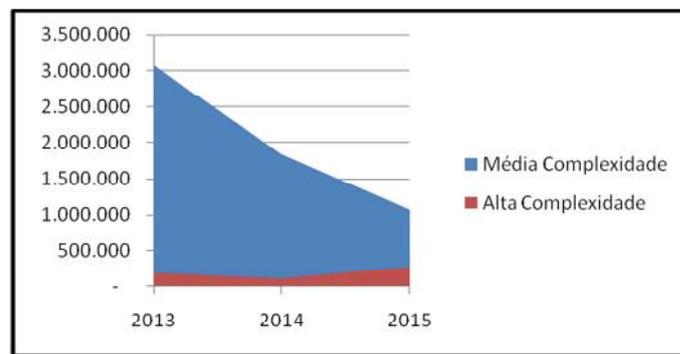
Fonte: MDS/SAGI/RI Relatório de Informação, 2015 referencia agosto.

O gráfico acima mostra o aporte financeiro proveniente da União destinado aos municípios para a promoção dos Serviços e Programa da Proteção Social Básica no Estado do Tocantins.

O Benefício de Prestação Continuada - BPC beneficia com um salário mínimo 15.717 idosos e 21.461 pessoas com deficiência, totalizando um repasse de R\$ 238.444.218,03 conforme MDS/RI Relatório de informação 08/2015. Com base no Cadastro Único há 160.374 Famílias Cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 0,00 a 154,00. Assim, 133.420 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, que representa 83% no perfil do Programa.

Na Proteção Social Especial há 22 Centros de Referência Especializados de Assistência Social- CREAS ativos, que ofertam Serviços de Proteção Social Especial para 1.160 famílias; 1 Centro dia com capacidade de atendimento de 30 famílias; atende 280 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas em meio aberto; 6 CREAS Regionais em fase de implantação e já cofinanciados pela União. A Regionalização é uma estratégia para economicidade de recursos, ampliação da cobertura dos serviços, garantindo a integralidade da proteção social nos territórios, tendo sua implantação e ampliação progressiva ao longo do PPA 2016 - 2019.

Gráfico: Repasse financeiro da União para os Municípios do Tocantins - Proteção Social Especial.



Fonte: MDS/SAGI/RI Relatório de Informação.

O gráfico acima mostra que 91% do repasse financeiro proveniente da União aos municípios do Tocantins para a promoção da Proteção Social Especial foi direcionada à Média Complexidade.

Para que os referidos serviços sejam executados o cofinanciamento da União, Estado e Municípios, de acordo com o preconizado na LOAS, deve acontecer de forma regular e automática, com base em critérios transparentes e universais, pactuados na Comissão Intergestores Tripartite-CIT e Comissão Intergestores Bipartite-CIB e aprovados pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipais de Assistência Social.

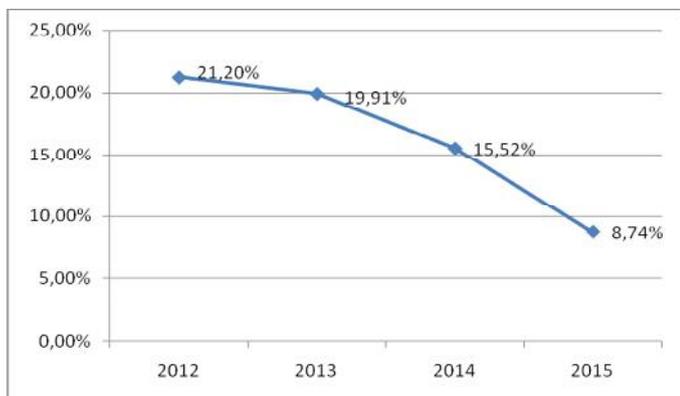
29. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Governo do Estado do Tocantins promoverá Educação Alimentar e Nutricional às famílias em vulnerabilidade social e nutricional, por meio dos programas Leite é Saúde, Compra Direta Local da Agricultura familiar, Hortas Comunitárias, Cozinhas Comunitárias, Hortas de Plantas não Convencionais, mediante palestras educativas, seminários, oficinas teóricas e práticas de alimentação saudável com aproveitamento integral dos alimentos, visando a redução da Insegurança Alimentar e melhoria da qualidade de vida da população tocaninense.

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA/TO poderá contribuir para o controle social das políticas de segurança alimentar a serem implementadas e com ações para fortalecer o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN assessorando os municípios para adesão ao SISAN e elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional.

30. PROGRAMA TRABALHO E MERCADO

Gráfico: Percentual de pessoas colocadas pelo SINE no mercado de trabalho.



Fonte: CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. O ano 2015 é referente janeiro a agosto.

O gráfico acima demonstra o percentual de participação do SINE com relação à movimentação no mercado formal, ou seja, a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho através da intermediação de mão de obra.

Com o objetivo de reduzir o índice de desemprego, seja por meio da intermediação de mão de obra ou da qualificação profissional, o Estado do Tocantins por meio da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, conta com 09 unidades do Sistema Nacional do Emprego - SINE nos municípios de Palmas, Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

O Governo do Tocantins pretende mapear as necessidades de capacitação e qualificação, para que os esforços possam ser direcionados à real necessidade do mercado de trabalho de forma regionalizada e, com isso, inserir mais 22% de trabalhadores no mercado por meio do SINE. Além disso, é de interesse da gestão ampliar a atuação do Conselho Estadual de Relações do Trabalho - COERT e implantar o Fundo de Promoção do Trabalho Decente, sem deixar de lado o principal foco, que é contribuir para o aumento do emprego formal no Estado do Tocantins.

31. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO EMPREENDEDORISMO

A instituição da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária estabelece diretrizes de promoção e desenvolvimento da Economia Solidária a grupos organizados que integrem o mercado de maneira autossustentável.

Neste contexto, os projetos em andamento visam o fortalecimento de associações, cooperativas e organizações de produtores até as iniciativas de diferenciação dos produtos por meio de selos e certificações, tendo como objetivo o acesso ao mercado, a cadeia de valores mais inclusiva e o desenvolvimento do comércio justo e solidário da Política Pública Estadual de Fomento a Economia Solidária.

O Estado tem o objetivo de promover o acesso às políticas e recursos para a Promoção da Economia Solidária e do Empreendedorismo, fortalecer o controle social por intermédio do Fortalecimento das instâncias de Controle Social de Economia Solidária.

Para o alcance dos resultados é essencial a realização da capacitação de participantes de Empreendimentos Econômicos Solidários e beneficiários do Cadastro Único, realizações de Feiras de Economia Solidária/Clube da Troca Solidária nos municípios Tocantinenses, Implantação e Revitalização de Unidade de Geração de Renda, visando o acesso ao trabalho e a melhoria na qualidade de vida.

32. PROGRAMA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

As ações da Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude ampliará o acesso da população tocantinense ao esporte e ao lazer, por meio de ações que contribuam para a inclusão social e a promoção do esporte de participação e educacional, com vistas a garantir o direito à prática esportiva e a formação da cidadania, sendo a sua justificativa baseada em que a prática de esportes, os valores éticos que o esporte proporciona, bem como a realização das atividades de lazer, são fatores que promovem a inclusão social da comunidade. Sendo relevantes para oportunizar o exercício da cidadania e a melhoria na qualidade de vida, em vista disso, a necessidade de se oferecer à população tocantinense e atletas em geral, espaços físicos adequados a prática esportiva e atividades de iniciação esportiva.

Como forma de incentivo ao esporte de alto rendimento a SEEL contribuirá com o fomento com a inserção dos atletas tocantinense no Cenário Nacional do Esporte, que tem como principal característica o desenvolvimento de atividades que promove o desempenho dos atletas profissionais do Estado.

Para atender a juventude do Estado será executado o Programa Estação Juventude, que tem o objetivo de ampliar o acesso de jovens a políticas, programas e ações que assegurem seus direitos de cidadania e fortaleçam a sua capacidade de inclusão, participação social e emancipação, por meio do oferecimento de tecnologia social inovadora. Em termos práticos, se concretiza na disponibilização de um espaço para que a juventude tenha acesso livre, onde encontrarão um ambiente acolhedor, informações sobre políticas públicas e atividades que propiciem participação, sociabilidade, atividades culturais e troca de informações, além de serviços e apoio para a estruturação/reestruturação de trajetórias de inclusão, autonomia e emancipação.

Realização do Programa Juventude Viva - visam a ampliação dos direitos da juventude, a desconstrução da cultura de violência, a transformação de territórios atingidos por altos índices de homicídios e o enfrentamento ao racismo institucional, com sensibilização de agentes públicos para o problema.

33. PROGRAMA DIREITOS HUMANOS

A secretaria engloba quatro programas básicos de ações específicas, sendo eles: Enfrentamento ao Álcool e outras Drogas; Direitos Humanos; Criança, adolescente e Juventude e Segurança e Proteção ao Cidadão.

Sobre a segurança e proteção ao cidadão, contribui com aprimoramento do sistema penitenciário do Tocantins, com a reintegração e ressocialização das pessoas privadas de liberdade promovendo por fim, a segurança pública e a garantia dos direitos humanos aos presos e egressos.

O programa: "Juventude, Esporte e Lazer" está voltado à promoção e a proteção aos seus direitos. Desenvolver esta prática é garantir o futuro de um Tocantins forte, equânime e desenvolvido.

A SEDPS ainda inclui o programa de Enfrentamento ao Álcool e outras drogas. Este programa propõe a implementação do Plano Estadual de Políticas sobre álcool e outras drogas, articulando esta política junto à rede de atendimento aos usuários e a sociedade organizada.

Suas atividades desenvolvidas pela SEDPS estão ligadas aos direitos humanos e a segurança pública. Por sua complexidade, divide-se em eixos básicos e complementares, sendo voltadas aos direitos: das mulheres; da criança e dos adolescentes; da pessoa idosa, dos direitos das pessoas com deficiência; da População LGBT; da Política da Igualdade Racial, da Política sobre Uso indevido do Álcool e outras Drogas; da fiscalização permanente dos direitos e garantias do consumidor, do sistema estadual de atendimento socioeducativo e da política de atendimento às pessoas privadas de liberdade, seguindo a política nacional dos direitos humanos e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Para tanto possui ações convergentes como a Construção da Penitenciária Estadual em Aparecida do Rio Negro e do Centro de Atendimento Socioeducativo em Araguaína. Estabelece ainda a Casa da Mulher Brasileira, marco que conduz para atendimento centralizado da política de direitos das mulheres e na área de valorização dos servidores desenvolve o concurso público do quadro próprio.

34. SAÚDE

O Programa Saúde Mais Perto de Você tem a premissa de viabilizar à população acesso às ações e serviços de saúde com qualidade. Os macroprocessos que norteiam o planejamento e execução das políticas públicas de saúde são:

1. promoção de políticas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador, imunização e Laboratório Central - LACEN);
2. promoção das políticas de atenção primária;
3. assistência hospitalar em unidades de média e alta complexidade (hospitais regionais e de pequeno porte);
4. serviços de diagnóstico e terapêutico;
5. autossuficiência do sangue e seus componentes;
6. assistência farmacêutica;
7. cofinanciamento;
8. gestão e regulação do trabalho;
9. educação na saúde;
10. planejamento em saúde;
11. ouvidoria;
12. controle, regulação e avaliação;
13. auditoria, além das tecnologias jurídico-administrativas do SUS (administração geral, logística, aquisição - compras, patrimônio, transporte, tecnologia da informação e comunicação, assessoria jurídica).

Estes macroprocessos culminam nas entregas de produtos, principalmente à população diretamente, com ações e serviços de saúde, e aos municípios, com apoio e capacitação para melhoria da gestão e execução das ações e serviços de saúde.

Com a missão de "Promover a gestão da saúde, viabilizando o acesso da população do Estado do Tocantins a atenção à saúde com qualidade, considerando as necessidades regionais", o Governo do Estado construiu o Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Saúde com os seguintes objetivos:

1. Melhorar a qualidade de vida da população;
2. Reduzir a mortalidade infantil e materna;
3. Ampliar a cobertura e qualidade dos serviços de saúde;
4. Fortalecer a promoção e vigilância em saúde;
5. Promover a capacidade de gestão e operacionalização da saúde nos municípios;
6. Aprimorar a gestão hospitalar;
7. Aprimorar a gestão de processos, projetos e fluxos;
8. Fortalecer a participação do controle social;
9. Desenvolver a cultura de planejamento para a gestão de resultados;
10. Promover a educação permanente dos trabalhadores do SUS;
11. Fortalecer a gestão de pessoas na Secretaria;
12. Aprimorar a estrutura física da rede assistencial em saúde;
13. Desenvolver a cultura de gerenciamento dos custos hospitalares;
14. Executar o orçamento conforme a necessidade expressa na Programação Anual de Saúde.

Para estes objetivos foram atribuídos indicadores para monitoramento e avaliação dos resultados e estabeleceram-se metas para o quadriênio 2016-2019, conforme descrito no Plano Estadual de Saúde.

O Território tocaninense, composto de 139 municípios apresenta desafios a serem superados, pois grande parte dos municípios é de pequeno porte e necessitam de estrutura econômica e social (92,8% dos municípios possuem até 20.000 habitantes destes 54,26% possuem menos que 5.000 habitantes). Na atualidade, a configuração territorial da saúde está organizada em 08 regiões, consoante ao Decreto Federal 7.508/11, sendo elas: Bico do Papagaio, Médio Norte Araguaia, Cerrado Tocantins Araguaia, Cantão, Capim Dourado, Amor Perfeito, Ilha do Bananal e Sudeste. As regiões de saúde Capim Dourado e Médio Norte, em termos populacionais, são as duas regiões mais populosas com 348.719 e 289.511 habitantes em 2015.

Entre os anos de 2010 e 2015 em números absolutos de todas as regiões tiveram crescimento populacional, mas a distribuição da população em termos relativos demonstra que as regiões do Capim Dourado e Médio Norte sofreram discreto acréscimo e as outras seis regiões com discreto decréscimo.

A regionalização, um dos princípios que orientam a organização do SUS constitui um dos seus eixos estruturantes devendo orientar a descentralização das ações e serviços de saúde, identificando e constituindo espaços territoriais nos quais são desenvolvidas as ações de atenção à saúde, objetivando alcançar maior resolutividade e qualidade nos resultados, assim como maior capacidade de gestão regional. A descentralização tem ênfase no deslocamento de poder e transferência de responsabilidades de gestão através da desconcentração de ações e serviços de saúde com centralização das decisões de poder para um outro ente federativo, sendo neste Plano uma das prioridades como estratégia de ampliação do acesso à ações e serviços de saúde à população, contribuindo para o fortalecimento da gestão e governança regional.

Apesar de o Estado ter uma das mais altas coberturas de atenção básica do país, ainda possui um grande número de internações sensíveis à atenção básica, com 34% em 2013 e 29,95% em 2014 e baixa cobertura de homogeneidade das vacinas de rotina, com 45,11% em 2014. O fortalecimento da Atenção Básica no Tocantins possui como desafios a constante necessidade de qualificação, apoio institucional, monitoramento e avaliação da Estratégia, visando não apenas ampliar as equipes, mas dar qualidade as ações e serviços relativos aos ciclos de vida (homem, adolescente, mulher, criança, adulto, idoso), garantindo uma assistência e promoção da saúde às famílias tocaninenses.

A redução da mortalidade infantil é ainda um desafio. O Tocantins assumiu a responsabilidade sanitária de redução da mortalidade materna e infantil, visando o seu enfrentamento por meio de ações e serviços de atenção primária e especializada. A taxa de mortalidade infantil do Estado vem decrescendo, passando 15,63/1.000 nascidos vivos em 2011 para 13,6/1.000 em 2013. Tal fato reflete a melhoria das condições de vida da população, a intervenções públicas nas áreas de saúde, saneamento, incentivo ao aleitamento materno e declínio da fecundidade no Tocantins.

O Tocantins continua endêmico para as doenças transmissíveis como dengue, leishmaniose visceral e hanseníase, apontando que ainda existem sérias lacunas na operacionalização de ações e serviços, mesmo com os avanços inquestionáveis ocorridos na melhoria do acesso à saúde no Estado, com o aumento do número de consultas de pré-natal, redução da mortalidade infantil, o sucesso no controle da malária e erradicação do sarampo, e atualmente com a ampliação do acesso com o programa "Mais Médicos"; mas permanece uma dependência histórica dos municípios em relação ao Estado na média complexidade hospitalar.

A Secretaria Estadual de Saúde executa 85% dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares em 62% dos leitos gerais existentes. Além destes agravos o Estado deve manter a vigilância constante dos casos de tuberculose, leishmaniose, malária, febre amarela e meningites; continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro (o barbeiro); além da tendência de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

Outros aspectos importantes a serem considerados na vigilância é a execução de atividades voltadas para a vigilância da saúde do trabalhador, da qualidade da água para consumo humano, de populações expostas a poluentes atmosféricos, da exposição humana a áreas contaminadas por contaminantes químicos, além do acompanhamento de riscos decorrentes de desastres naturais e de impactos ambientais gerados por empreendimentos potencialmente poluidores que se instalam no Estado. Fundamentais também são as ações de inspeção, fiscalização, atividades educativas direcionadas a população e ao setor regulado, e atendimento de denúncias relativas à vigilância sanitária.

Com a finalidade de garantir a qualidade do diagnóstico, a fim de prevenir, controlar e eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana e do meio ambiente, o Tocantins possui o Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN-TO em Palmas-Capital, referência no Estado, com uma unidade descentralizada na Região Macro Norte, localizada na cidade de Araguaína.

Na rede de assistência ambulatorial e hospitalar, as estruturas existentes ainda são insuficientes para atender as necessidades de saúde da população. Hoje esta rede possui os ambulatórios integrados aos hospitais e o Estado como o maior ofertante dos serviços, sendo a descentralização desses aos municípios um grande desafio.

Os hospitais da rede pública no Estado do Tocantins, identificados pela forma de gerenciamento em: Regionais de gerência estadual; Municipais, e de Pequeno Porte de gerência municipal, cujo financiamento é tripartite pela União, Estado e Município, representando 90% dos leitos cadastrados no Sistema Único de Saúde - SUS (63% em Hospitais Regionais e 90% em Hospitais Municipais), restando, apenas 10% dos leitos em instituição privada conveniados ao SUS. São dezoito os Hospitais Regionais, localizados em dezesseis cidades distintas, dos quais três são unidades que concentram serviços de alta complexidade, a saber, o Hospital Geral de Palmas e o Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos em Palmas-Tocantins, e o Hospital Regional de Araguaína.

A Rede de Atenção às Urgências (RAU) no estado possui 08 centrais de urgência e Emergência com SAMU- 192 nas cidades de Palmas, Araguaína, Gurupi, Lajeado, Paraíso, Novo Acordo, Miranorte, Porto Nacional com uma cobertura populacional de cerca de 491.537 mil habitantes, além dos serviços de Pronto Socorro da Rede Hospitalar própria estadual e de 05 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), como desafio a manutenção desses serviços já existentes.

O Tocantins desde 1996 começou a estruturar a Rede de Atenção Psicossocial com a abertura de 4 NAPS (Núcleo de Apoio Psicossocial). Hoje esta rede conta com 08 CAPS I (Centro de Atenção Psicossocial), 02 CAPS II e 01 CAPS AD (Álcool e Drogas), 01 Unidade de Saúde Mental em Hospital Geral, propondo-se implantar as atividades terapêuticas de Saúde Mental (USM) em 05 (cinco) dos 18 hospitais regionais do Estado, ampliando assim esta rede.

Os serviços de hemoterapia do Tocantins encontram-se estrategicamente localizados nas regiões que possuem serviços hospitalares de média e alta complexidade. A Hemorrede do Tocantins é constituída por 01 Hemocentro Coordenador, 01 Hemocentro Regional, 01 Núcleo de Hemoterapia, 02 Ambulatórios de Hematologia, 02 Unidades de Coleta e Transfusão, 01 Unidade de Coleta; 14 Agências Transfusionais Intra-hospitalares, cujos serviços de produção e distribuição são integralmente públicos. Aos serviços hemoterápicos compete dar o devido cumprimento ao dever do Estado de fornecer sangue com segurança e qualidade. Para isto, tem como propósito neste plano a estruturação do sistema de gestão da qualidade em suas unidades e, conseqüentemente, a certificação ISO 9001, visando alcançar os níveis de excelência necessários para se tornar referência em assistência hematológica e hemoterápica respeitando o meio ambiente.

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e uso racional. A assistência farmacêutica e insumos estratégicos estão estruturados em três componentes: (I) assistência farmacêutica básica; (II) assistência farmacêutica para programas estratégicos; e (III) assistência farmacêutica especializada. A priorização neste plano consta em viabilizar o cofinanciamento estadual a este componente.

A saúde no Tocantins possui o desafio de fortalecer e integrar a atenção básica à vigilância em saúde; estruturar e expandir a assistência hospitalar/ambulatorial especializada que requer um aporte tecnológico mais amplo e de maior custo, visando reduzir os gastos com demandas de Tratamento Fora do Domicílio, tornado o Estado autônomo no atendimento de sua população.

No que se refere à Vigilância em Saúde, será prioridade a realização de projeto de cooperação técnica com organismo internacional (Organização Pan-americana de Saúde - OPAS) para fortalecimento da gestão da vigilância em saúde, que possa assegurar maior eficiência nas ações.

Por fim, constitui-se também em prioridades o fortalecimento da gestão e do planejamento estratégico, a qualificação de pessoal, o redesenho do modelo assistencial em Redes, pautado na hierarquização e descentralização integradas, tendo como eixo a regionalização dos serviços de saúde. Tais ações visam à ampliação do acesso à população com uma boa articulação nos níveis assistenciais e de gestão, com a pactuação, entre Estado e Municípios, com a participação do controle social, voltados a contribuir para o alcance da visão da secretaria que é "Ser referência na gestão em saúde coletiva na Região Norte do País até 2030".

35. GESTÃO PÚBLICA

I - Planejamento:

Para lidar com um contexto que combina, por um lado, oportunidades decorrentes das potencialidades de um território privilegiado e, ao mesmo tempo, adversidades motivadas pelo agravamento das condições sociais da população, o Governo do Estado do Tocantins optou pela adoção de um novo modelo de Governança Pública baseado num enfoque dual a partir da adoção de medidas emergenciais de curto prazo para mitigar os efeitos da crise fiscal e de medidas estruturantes voltadas para a construção de um projeto de futuro para o Estado orientado para a criação de valor público sustentável. Neste sentido, um dos pilares deste novo modelo é o fortalecimento da cultura de gestão estratégica para resultados que destaca o planejamento como ingrediente central.

Para isto estão sendo desenvolvidas iniciativas em três frentes:

Uma nova Agenda de Desenvolvimento a partir da elaboração de um plano estratégico para o Estado que coloca as bases para o desenvolvimento sustentável numa perspectiva de longo prazo, levando em consideração as demandas e expectativas dos diversos segmentos da sociedade tocaninense.

O fortalecimento das capacidades institucionais a partir da elaboração de planos estratégicos para as secretarias estaduais alinhados com a Agenda Estratégica do Estado.

Um novo planejamento de médio prazo a partir da formulação do PPA 2016 - 2019 de forma harmônica com as iniciativas anteriores e, construído de forma regional e participativa.

II - O novo modelo de Gestão do Tocantins - Gestão para Resultados:

Debate sobre o papel das instituições e a necessidade de seu fortalecimento para o alcance de objetivos de desenvolvimento não é novo. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, desde os anos 70 inclui o tema do desenvolvimento institucional em suas estratégias de redução da pobreza no mundo. O desafio de promover transformações de qualquer natureza (nacional, regional, setorial) pressupõe:

- Definir claramente a situação desejada a partir dos principais resultados a alcançar.
- Conhecer, em profundidade, a situação atual, objeto de transformação, a partir da identificação das principais potencialidades e limitações.
- Estabelecer um plano de intervenção incluindo a definição de ações e projetos que promovam a mudança da situação atual na direção da situação desejada.

Para isto torna-se fundamental promover uma cultura de gestão orientada para resultados.

Gerir resultados significa defini-los (a partir de um planejamento abrangente), alcançá-los (a partir do fortalecimento da capacidade de implementação), e monitorá-los & avaliá-los (a partir de "controles", acompanhamentos e ajustes decorrentes). Em outras palavras, trata-se, pois, de um conjunto de iniciativas que busca integrar distintas lógicas de geração de resultados em torno de três grandes elementos de um ciclo:

A. Construir uma AGENDA ESTRATÉGICA, assegurando foco, seletividade, coerência e legitimidade. Significa desenvolver no âmbito das organizações do Estado as capacidades de:

- Compreensão do Ambiente Institucional, que implica na gestão das expectativas das partes interessadas, na análise de tendências a partir de cenários exploratórios e identificação de impactos para o direcionamento do Estado (Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas).
- Estabelecimento do Propósito, incluindo a definição da missão institucional, visão de futuro e valores com estratégia de publicização interna e externa.
- Definição de Resultados, a partir do desdobramento da Declaração de Propósitos em objetivos (incluindo o estabelecimento de relação de causalidade), indicadores e metas.
- Definição de Esforços de Implementação, incluindo a elaboração de um plano de ação para o alcance das metas.

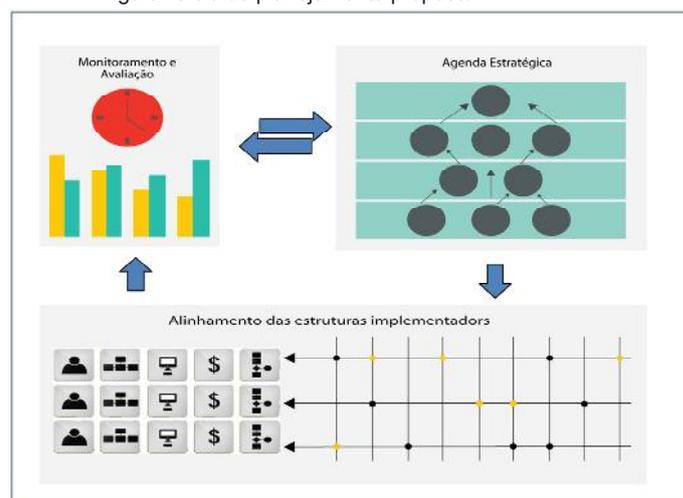
B. Promover o ALINHAMENTO DAS ESTRUTURAS IMPLEMENTADORAS, visando fortalecer a capacidade de execução da Agenda. Significa desenvolver as capacidades de:

- Desdobramento da Agenda por meio da construção de uma matriz de contribuição incluindo todas as unidades implementadoras, incluindo parceiros.
- Pactuação interna, por meio da celebração de contratos de gestão e responsabilização por resultados para cada unidade administrativa e Pactuação externa, por meio da celebração de termos de parceria com outras entidades, órgãos governamentais, privados e do terceiro setor.
- Alinhamento do modelo de gestão, que inclui otimização de processos, estruturas, aperfeiçoamento do sistema de gestão de pessoas, de informação, de finanças e outros.

C. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, gerando informações sobre o desempenho da Agenda e das unidades implementadoras para a correção de rumos e prestação de contas. Significa desenvolver no âmbito do Estado as capacidades de:

- Sistematização do processo de M&A, que inclui definição de estrutura, procedimentos e sistema de comunicação.
- Prestação de contas, envolvendo a qualidade e celeridade na informação ao cidadão e demais partes interessadas.
- Correção de rumos, que significa a adoção de forma tempestiva de medidas de ajustamento e apropriação das lições aprendidas.

Figura. Ciclo de planejamento proposto



III - Agenda Estratégica 2030:

A Agenda Estratégica é um conjunto de definições sobre os propósitos (usualmente sob a forma de declarações de uma visão de futuro), sobre os resultados a serem alcançados (usualmente sob a forma de um mapa estratégico contendo objetivos, indicadores e metas) e sobre o modo de alcançá-los (usualmente sob a forma de um plano de ações ou projetos). Para que esta agenda seja considerada positiva e proveitosa, devem ser atendidos os seguintes critérios: legitimidade (satisfação das expectativas das partes interessadas), coerência (os elementos programáticos - objetivos, programas, projetos, entre outros -, devem ser convergentes entre si e com os resultados das políticas públicas em geral) e foco (conjunto minimamente relevante e significativo de resultados e esforços).

O processo de construção dessa Agenda partiu de informações a respeito do ambiente institucional no qual o Estado do Tocantins está inserido. Esta primeira etapa, essencial para estabelecer as inúmeras interações, influências e conexões estabelecidas entre o macro ambiente e a organização, e organização e unidades internas, incluiu análise documental, entrevistas e oficinas envolvendo atores internos (alta liderança do Estado) e externos (Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins - FECOMERCIO, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Associação Tocantinense de Municípios - ATM, Conselho Regional de Economia - CORECON, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça). Esta abordagem está alinhada a um novo estágio na gestão contemporânea, que tem como característica um processo de coprodução na definição, implementação e controle (social) da Agenda, que considera as perspectivas das diversas partes interessadas.

A Agenda Estratégica está estruturada a partir de orientações nas seguintes dimensões temporais: - Longo Prazo: O Plano Tocantins 2030 contendo a Visão de Futuro para o Estado e o Mapa Estratégico com objetivos orientados para a Efetividade (criação de Valor Público), a Eficácia (garantia das condicionantes de viabilização) e a Eficiência (adoção de um novo modelo de gestão/governança como pilar da transformação pretendida). - Médio Prazo: O desdobramento tático, incluindo dois componentes: o PPA - Plano Plurianual (Programas Estruturadores) & PEI - Planos Estratégicos Institucionais (que permitirá a pactuação de Metas e Ações das Secretarias e Órgãos para a realização do TO 2030). - Curto Prazo: A LOA - Lei de Orçamento Anual contendo a alocação de recursos financeiros (investimento e custeio) em harmonia com os planos antes descritos.

Por fim, visando fortalecer a capacidade de implementação da Agenda, o novo processo prevê a implementação de uma sistemática de Monitoramento e Avaliação, no formato de uma sala de situação onde periodicamente a equipe de governo, sob a liderança do Governador, realizará o acompanhamento dos Planos e repactuação dos compromissos (Gestão à Vista). Além dos benefícios de permitir a correção de rumos, a nova sistemática agrega aprendizagem e permite a prestação de contas para a sociedade sobre os avanços e resultados obtidos.

O Planejamento Estratégico do Estado do Tocantins tem conta com o seu Mapa Estratégico, que tem como visão de futuro o "Estado Símbolo do Desenvolvimento Sustentável no novo Milênio".

IV - Planejamento Estratégico Institucional

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) representa o que a organização é em seu sentido mais profundo de existir: o que ela representa no momento e o que virá a ser nos próximos anos com seus objetivos alcançados.

No PEI, foram definidos os Componentes Estratégicos (Missão, Visão, Valores, Negócio, FCS), Mapa Estratégico (Objetivos Estratégicos), Indicadores (Metas e Plano de Ação).

O plano por si só não produz resultado, daí a necessidade de implementação do Planejamento Estratégico. O maior desafio está relacionado à sua efetiva prática no alcance dos objetivos organizacionais, isto é, na sua capacidade de movimentar a organização e alinhá-la no sentido da prescrição proposta pelo plano estratégico, com a adaptabilidade que esse processo exige. A aplicação do Planejamento Estratégico pressupõe uma dinâmica permanente de execução, monitoramento e avaliação.

Foram elaborados 24 Planejamentos Estratégicos Institucionais, relacionados no quadro abaixo.

Quadro - Órgãos com Planejamento Estratégico Institucional elaborados

Secretaria do Planejamento e Orçamento	Agência de Defesa Agropecuária
Secretaria de Administração	Agência Tocantinense de Regulação
Secretaria da Saúde	Agência Tocantinense de Saneamento
Secretaria da Educação	Banco do Empreendedor
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Corpo de Bombeiro Militar
Secretaria da Infraestrutura	Departamento de Estradas de Rodagem
Secretaria da Segurança Pública	Instituto de Terras do Tocantins
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Polícia Militar
Secretaria de Trabalho e Assistência Social	Fundação de Radiodifusão Educativa
Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação	Instituto de Desenvolvimento Rural
Secretaria da Agricultura e Pecuária	Secretaria da Comunicação Social
	Secretaria da Defesa Social
	Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude

Fonte: Seplan

Para a Secretaria do Planejamento e Orçamento, o ano de 2015 foi definido como o ano do planejamento! Os instrumentos de planejamento obrigatórios, que contempla o Plano Plurianual 2016-2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e os discricionários, Planejamento Estratégico do Estado e os Planejamento Estratégico Institucional das Secretarias, Órgãos e Entidades do Poder Executivo foram coordenados pela Seplan e preparados para dar foco à uma gestão para resultados. O grande desafio para 2016 é institucionalizar o monitoramento e avaliação dos instrumentos obrigatórios e discricionários de planejamento para fazer cada vez mais e melhor com menos, ao gerar capacidade de qualificar as políticas públicas, mediante o desempenho dos programas, projetos e das instituições envolvidas na administração pública estadual.

36. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTÁVEL - PDRIS

I - Características do Projeto:

- O objetivo de desenvolvimento do projeto: é promover a melhoria da eficácia do transporte rodoviário e maior eficiência dos serviços públicos selecionados, para apoiar a agenda do Estado do Tocantins em um desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado;

- Órgãos Envolvidos: Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), Departamento de Estradas de Rodagem (DERTINS), Secretaria da Agricultura (SEAGRO) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), Secretaria da Educação (SEDUC), e Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR);

- Valor do Projeto: US\$ 300.000.000,00 do BIRD (80%) e US\$ 75.000.000,00 do Estado (20%), perfazendo um total de US\$ 375.000.000,00;

- Data Prevista de Encerramento do projeto: 31 de março de 2019;

II - Alcance dos Investimentos:

Cerca de 300.000 pessoas em 72 municípios serão beneficiadas diretamente com os investimentos do projeto em estradas municipais, tendo como resultados melhoria das condições das estradas, tempo de viagem reduzidos, maior acessibilidade, e menos interrupções, bem como atividades de assistência técnica relacionadas ao desenvolvimento da produção local e programas educacionais como treinamentos, melhoria de habilidades e atualização de ferramentas.

Beneficiários diretos do Projeto também incluem agências de governo em nível estadual e municipal sendo beneficiadas pelas melhorias na gestão ambiental e eficiência na administração. Melhorias na gestão ambiental e aprimoramentos de políticas institucionais proporcionarão benefícios diretos ou indiretos para a sociedade de modo geral.

III - Componentes do Projeto:

- Componente 1 - Melhorar a eficácia do transporte rural (custo estimado de US\$ 304 milhões dos quais US\$ 240 milhões financiados pelo empréstimo).

Subcomponente 1.1 (US\$ 73 milhões). Melhoria da acessibilidade da população rural para as oportunidades de emprego, serviços e recursos e mercados através da eliminação de cerca de 2.600 pontos críticos em estradas vicinais através, entre outros, do planejamento, construção e supervisão de estruturas hidráulicas de concreto (pontes e galerias) de estradas vicinais municipais. Terá como alvo 72 (setenta e dois) municípios de três regiões do Tocantins, bem como 5 (cinco) terras indígenas do oeste do Tocantins, envolvendo uma população aproximada de 940.000 habitantes.

Municípios Distribuídos Por Região:

Município da Região Centro Oeste: Divinópolis do Tocantins, Marianópolis do Tocantins, Caseara, Monte Santo do Tocantins, Chapada de Areia, Miracema do Tocantins, Miranorte, Dois Irmãos do Tocantins, Araguacema, Abreulândia, Paraíso do Tocantins, Tocantínia, Barrolândia, Lajeado, Pugmil, Lagoa da Confusão, Pium, Cristalândia, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima.

Municípios da Região Sudoeste: Araguaçu, Alvorada, Sandolândia, Figueirópolis, Talismã, Peixe, Palmeirópolis, Jaú do Tocantins, São Salvador do Tocantins, Sucupira, Gurupi, Formoso do Araguaia, Dueré, Aliança do Tocantins, Cariri do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Santa Rita do Tocantins, Fátima, Crixás do Tocantins, Ipueiras, Palmas, Porto Nacional, Monte do Carmo, Silvanópolis, Aparecida do Rio Negro.

Municípios da Região Noroeste: Araguaína, Xambioá, Aragominas, Araguaianã, Piraquê, Carmolândia, Nova Olinda, Santa Fé do Araguaia, Arapoema, Pau d'arco, Bandeirantes do Tocantins, Muricilândia, Colinas do Tocantins, Couto Magalhães, Pequizeiro, Bernardo Sayão, Juarina, Colméia, Presidente Kennedy, Itaporã do Tocantins, Tupiratins, Brasilândia do Tocantins, Guaraí, Goianorte, Rio dos Bois, Fortaleza do Tabocão, Tupirama.

Terra indígenas: Reserva Indígena Krahó-Kanela, Terra Indígena Inãwébohona, Terra Indígena Utaria Wyhyna/Irôdu Irãna, Terra Indígena Xambioá, Terra Indígena Xerente, Terra Indígena Funil.

Subcomponente 1.2: (US\$ 160 milhões) Reabilitação da Rede de Estradas Pavimentadas do Estado: realização de (a) um conjunto de contratos de tipo CREMA, baseados no desempenho, em sete corredores alimentadores dos trechos de estradas estaduais pavimentadas com uma extensão total de 1.500 km em sete regiões foram identificadas como prioridade para este subcomponente. As obras serão organizadas em duas fases: uma primeira fase de 395 km, seguida por uma segunda fase de 1.103 km no ano seguinte.

Subcomponente 1.3 (US\$ 62 milhões) Melhoria na conectividade e nas condições de transporte de segurança em estradas não pavimentadas através, da eliminação de cerca de 20 pontos críticos em estradas não pavimentadas do Estado através da substituição das atuais infraestruturas deficientes por estruturas hidrológicas de concreto; e (ii) projeto de pavimentação e supervisão de cerca de 50 km de trechos de estradas não pavimentadas do Estado para completar a rede e facilitar o acesso às vias federais.

Subcomponente 1.4: (US\$ 9 milhões) Fortalecimento Institucional de Capacidade de Gestão de Transporte: através do fornecimento de bens, serviços de consultoria e outros serviços e treinamento para o fortalecimento institucional nas seguintes áreas: (i) planejamento de transporte e gestão logística, (ii) segurança rodoviária, e (iii) gestão social e ambiental.

• Componente 2: Maior eficiência dos serviços públicos (custo estimado em US\$ 62,250 milhões dos quais US\$ 51,250 milhões financiados pelo Empréstimo de Banco).

Subcomponente 2.1: (US\$24,75 milhões) Modernização da Administração do Mutuário:

• SEPLAN na introdução de uma metodologia de gestão baseada em resultados.

• SEPLAN na desconcentração dos serviços administrativos do Tomador de Empréstimo para as suas regiões, de forma a reforçar as capacidades de gestão dos municípios.

• SEPLAN na melhoria de processos de uso da terra ambiental e socialmente sustentáveis e políticas de gestão de recursos naturais.

• SEPLAN e demais executores na melhoria da prestação de serviços aos usuários, bem como as condições de trabalho dos funcionários do Mutuário através da realização de restauração e/ou atividades de construção de espaços públicos e/ou instalações.

Subcomponente 2.2: (US\$ 10 milhões) Favorecimento do desenvolvimento local e regional

• SEAGRO e RURALTINS na promoção de um setor do agronegócio mais eficiente com a inclusão social e de gênero, bem como a sustentabilidade ambiental e econômica no território do Mutuário, promovendo aumento da produtividade e melhor acesso aos mercados para a produção de subsistência e pequenos e médios produtores, e atrair investimentos sustentáveis promovendo a sustentabilidade do meio ambiente.

• SEPLAN através da SEDETUR o desenvolvimento do ecoturismo no território do Mutuário

Subcomponente 2.3: (US\$ 17,50 milhões) Melhoria da Gestão Ambiental

• Prestação de apoio a SEMARH e Naturatins para melhorar a gestão ambiental

Subcomponente 2.4: (US\$ 10 milhões) Melhoria da qualidade, relevância e retornos do sistema de ensino:

• Prestação de apoio à SEDUC para melhorar a qualidade do sistema de ensino do Mutuário em um projeto piloto de municípios selecionados do Mutuário com alta vulnerabilidade (Municípios-piloto serão em torno da estrada Brasília-Belém e as razões para a sua seleção são as estatísticas elevadas de abandono e males sociais) com alta vulnerabilidade, a fim de capacitar os indivíduos a tirar proveito das oportunidades econômicas criadas através das melhorias dos transportes, bem como para mitigar alguns dos impactos potenciais adversos de transporte de longa distância em populações vulneráveis.

Componente 3 - Gestão do Projeto (custo estimado de US\$ 8 milhões dos quais US\$ 8 milhões financiados pelo empréstimo do Banco)

IV - Avanços na revisão de Meio Termo do Projeto:

Chegando na metade do tempo de execução do Projeto, ainda existe uma grande preocupação com o nível de desempenho do projeto após 3 anos de sua execução desde a assinatura do contrato, o percentual de desembolso do empréstimo ainda é de apenas 15,7% do valor do empréstimo, ou seja, US\$47,2 milhões.

Apesar do atraso o banco mundial, mas missões oficiais ao Estado informou que viu alguns avanços importantes nos últimos meses.

Componente 1 - Melhorar a eficácia do transporte rural

• Um avanço importante é lançamento da licitação para Contratação de Empresa Especializada para Execução das Obras dos Lotes R2, R3, R4, R5 e R6 do Crema com valor estimado de quase R\$ 300 milhões.

Subcomponente 2.1: Modernização da Administração do Mutuário

• Algumas atividades importantes em andamento como a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Técnicos de Informática para o Desenvolvimento de Software de Confecção do PPA e da LOA, de forma Integrada, bem como, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Ações Previstas; Contratação de consultoria para elaboração das Estratégias para o Desenvolvimento de Parceria Público Privadas no Estado do Tocantins; Contratação de Consultoria para Elaborar os Indicadores do Mapa Estratégico do Estado do Tocantins, entre outras atividades em elaboração.

Subcomponente 2.2: (US\$ 10 milhões) Favorecimento do desenvolvimento local e regional

• Destaca-se Consultoria para prestação de serviços de desenvolvimento, implantação de software e gerenciamento de informações agropecuárias; Consultoria para elaboração de projetos de engenharia (civil, hidráulica e elétrica) de 16 abatedouros no Estado; Contratar consultoria para elaboração do plano estadual de Agroenergia e marco regulatório de biocombustíveis no Estado do Tocantins; Contratação de consultor individual para elaborar cartilhas técnicas voltada para o produtor rural; Contratação de consultor para construção de indicadores de sustentabilidade em agrossistemas para avaliação e monitoramento de programas e políticas agropecuárias; Contratação de consultoria para elaboração de planos de negócio simplificado e participativos dos 17 matadouros; Consultoria para estudo da Cadeia de Produção da ovinocaprinocultura; Contratação de consultor para elaboração de propostas e alternativas de subsídios para a melhoria da produção e comercialização de produtos das comunidade selecionadas, todos em andamento.

Subcomponente 2.3: (US\$ 17,50 milhões) Melhoria da Gestão Ambiental

• Além das atividades já contratadas neste componente destacamos as atividades em andamento pela Semarh: Contratar consultoria para Elaboração de atlas solar; Contratação de consultoria para elaboração dos Planos de Saneamento Ambiental dos municípios da bacia do rio Palma; Contratação de consultoria para revisão da Política Estadual de Mudanças Climáticas e Análise de Arcabouço Legal e Mecanismos Financeiros de PSA; Contratar consultoria para elaborar o mapeamento hidrogeológico da região Nordeste do Estado do Tocantins; Contratação de consultor individual para apoiar a SEMARH na estruturação e acompanhamentos de projetos e processos do Banco Mundial; Contratação de consultor individual para apoiar a SEMARH na Revisão da minuta da Lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos; Aquisição e instalação de equipamentos do Viveiro de produção de mudas para implementação do CRAD entre outras.

• Pelo Naturatins destacamos: Contratação de consultoria para Serviços para Planejamento e Aplicação de Curso de Capacitação para Habilitação em Fiscalização Ambiental; Aquisição, instalação e atualização de Software e Licenças já contratadas e em andamento Desenvolvimento e implementação de sistema de gestão da Informação para Guarda documental, entre outros.

Subcomponente 2.4: (US\$ 10 milhões) Melhoria da qualidade, relevância e retornos do sistema de ensino:

• Atividade contratada para realizar consultoria para realizar Estudo Longitudinal de alunos do Ensino Médio ao longo de 4 anos, nos municípios de Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, mas duas consultoria em andamento Contratação de empresa especializada para reformar de 06 Escolas Estaduais um valor estimado total de R\$ 12.184.820,67.

Componente 3 - Gestão do Projeto

• Avanço importante para o projeto é que o Banco decidiu transferir a responsabilidade da revisão prévia de parte dos processos de licitação para a SEPLAN (UGP). Assim, os executores do Projeto são responsáveis por avançar nos processos licitatórios das atividades de revisão posterior, sem revisão prévia do Banco, depois da Não Objeção ao termo de referência para serviços de consultoria e/ou especificações para obras, bens e serviços de não consultoria. Assim a UGP terá o papel de assegurar a qualidade dos processos.

37. GESTÃO DE CONVÊNIOS

Em cenários de crise Nacional onde a queda da receita se torna fator preponderante de preocupação de governo, estes decorrentes pelas perdas nos fundos de participação, receitas originárias, etc, faz-se necessário o aumento na busca de recursos captados junto ao governo federal, ente este com o maior volume de recursos financeiros.

Não tão distante, o Estado do Tocantins, por meio de suas unidades orçamentárias vem desenvolvendo mecanismo para captar esses recursos.

O Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Planejamento e Orçamento, vem desenvolvendo ações para o fortalecimento da gestão de convênios captados junto ao governo federal. Uma das ações mais recentes, podemos destacar a criação da rede de multiplicadores do SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal, denominada #RedeSICONV. A rede permite a qualificação de gestores da área de convênio do Estado a fim de se tornar multiplicadores das ferramentas de captação de recursos junto ao Governo Federal. Dessa maneira deverão capacitar os técnicos das secretarias, municípios e entidades sem fins lucrativos do Estado.

O quadro abaixo demonstra a evolução dos convênios captados desde o momento de seu monitoramento até os dias atuais.

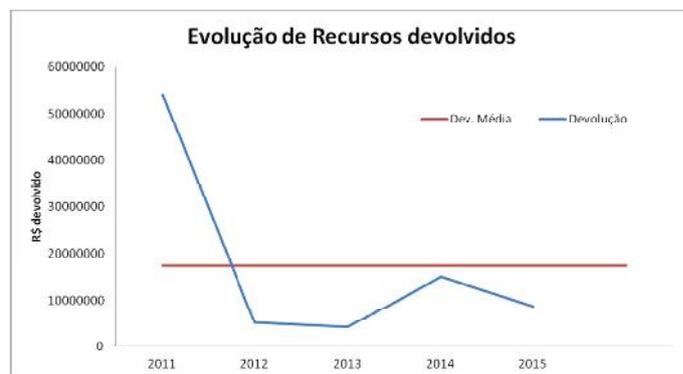
Tabela 1: Evolução de captação de recursos provenientes de transferências voluntárias.

Ano Captação	Qnt ^a	Total de Convênios (R\$)
1996	7	5.114.729,70
1997	5	2.356.091,43
1998	4	7.016.616,00
1999	4	4.797.790,99
2000	8	421.039.523,00
2001	17	273.909.467,90
2002	16	13.050.022,20
2003	4	221.406.725,24
2004	7	4.104.665,08
2005	20	22.896.649,29
2006	24	40.975.428,01
2007	36	216.003.902,08
2008	51	296.637.799,36
2009	50	281.781.745,87
2010	32	77.313.787,49
2011	21	102.299.020,20
2012	53	163.093.358,38
2013	41	70.328.076,12
2014	46	77.755.066,14
2015	8	2.129.618,79
Total	454	2.304.010.083,27

A Secretaria do Planejamento e Orçamento, por meio da Diretoria de Captação de Recursos, concorre aos termos de convênios de convênio celebrados no Estado no Tocantins junto ao Governo Federal, busca mecanismos de fortalecimento de sua gestão. Dois indicadores são cruciais para acompanhamento e mensuração dos resultados obtidos junto aos órgãos: devolução e execução, ou seja, a evolução dos montantes devolvidos e o volume de recursos captado dentre o que foi disponível pela união.

Para melhor entendimento, o quadro abaixo demonstra a relação dos indicadores no tempo, sejam eles:

Tabela 2: Quadro de evolução de devolução e execução de convênios federais.



O Estado do Tocantins, a exemplo de outros, sofre com a descontinuidade quando ocorre troca de gestões. É possível perceber alterações no quadro para Governador do Estado, o volume de recurso devolvido sofre um acréscimo. A exemplo disso temos dois momentos perceptíveis, 2009-2010, com acréscimo de 19% na taxa de devolução e em 2013-2014 onde, neste caso, ultrapassou a marca do triplo que havia sido devolvido no ano de 2013.

Neste diapasão, levando em considerações os cenários acima, estimamos um cenário evolutivo para a então gestão 2015-2019. Levando em consideração a mesma gestão, definimos uma margem de 15% para diminuirmos a cada ano o percentual de devolução. Portanto:



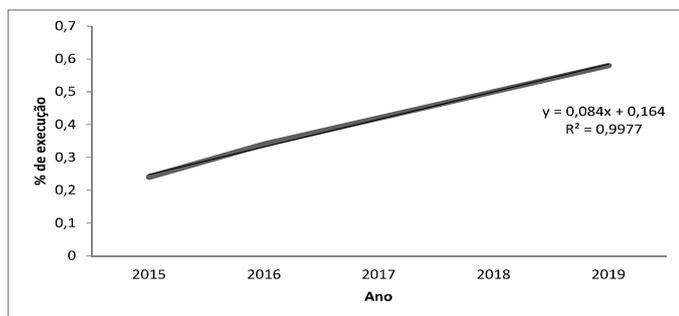
Diante de um quadro de devolução de recursos que parece permanecer estável durante a gestão do atual governador, por outro lado temos a evolução da execução média de convênios. A partir do ano de 2012, provavelmente em meio à instabilidade política de trocas de governadores e campanhas eleitorais, etc. Enfim, verifica-se dois períodos, 2008-2011 e 2011-2015, em sentidos diferentes, enquanto o primeiro, em cenário favorável, ou seja, livre de períodos políticos e instabilidade financeira, o segundo, exatamente o contrário do primeiro.



Portanto, neste conteúdo, verifica-se a importância de estimarmos cenários que possibilitem planejarmos até o ano de 2019.

Nesse contexto, identificamos o ponto médio de evolução e situação de cenário normal, ou seja, aproximadamente 24%. Partindo deste pressuposto em 2015 com crescimento médio de 8% ao ano, acrescentado a este um incremento de 2% deste em função do período eleitoral municipal, teremos o seguinte cenário:

Projeção da execução de Convênios Federais 2015 - 2019



Com intuito de fazer previsões para anos futuros, definiu-se uma equação de crescimento para os anos subsequentes, $y = 0,084x + 0,164$. Na ocasião, X representa a sequência do ano que pretende-se estimar.

Após a realização das reuniões técnicas foram relacionadas as deficiências e problemas encontrados em cada órgão:

- Demora no início da despesa no processo do convênio, na maioria das vezes aguardando desembolso do convênio;
- Falta de estrutura física e pessoal do setor de Convênios;
- Mudança de Gestores e alterações nas Pastas do Governo;
- Cotações e preços subestimados ou sem cotação;
- Falta de capacitação para servidores do setor de convênios;
- Aporte de crédito de contrapartida;
- Demora na análise da Procuradoria-Geral do Estado;
- Demora na análise dos processos na Caixa Econômica Federal;
- Demora na elaboração de projetos básicos de engenharia por parte da SEINFRA.

Contudo pelos problemas apontados pressupõe um percentual de execução para os anos seguintes de um incremento de 12% a 15% ao ano, e que em 2015 o percentual de execução encontra-se em 17% do volume de recursos captados. Conforme projeção espera-se que em 2019 o percentual de execução seja de 68% do volume de recursos captados, condicionante aos problemas elencados anteriormente seja supridos.

38. COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Estado da Comunicação (Secom) tem como principal objetivo produzir conteúdos informativos com qualidade. Para tanto, a pasta busca fontes seguras nos diversos segmentos da sociedade e do Governo para informar o cidadão e à imprensa.

O atendimento à demanda de veículos de comunicação é outro objetivo da Secom, que orienta as equipes de assessoria de comunicação para direcionar o atendimento ao setor responsável, priorizando o alinhamento da linguagem institucional.

Além disso, a Secom visa promover e divulgar de maneira eficiente as ações e serviços do Governo, por meio de campanhas de utilidade pública e institucionais de qualidade e conteúdo adequado.

No que diz respeito à administração da pasta, um dos desafios é garantir a economicidade de recursos e sua alocação adequada para que os resultados sejam atendidos. Para isto, busca capacitar os servidores e desenvolver normas e conceitos eficientes para padronizar o fluxo de processos e procedimentos administrativos.

A modernização da gestão da Secom é outra prioridade. Para a pasta, a renovação e estruturação dos parques tecnológico e físico permitem a agilidade e clareza, além de garantir condições de trabalho adequado para que os servidores desempenhem bem suas funções, com um processo de gestão orientada para resultados.

PPA em Dados

Os Eixos Estratégicos e Programas contidos no PPA 2016-2019 estimam um gasto global da ordem de R\$ 46,9 bilhões, considerando todas as fontes do Poder Executivo e dos Outros Poderes. No Poder Executivo, as despesas estimadas para o quadriênio são da ordem de R\$ 40,68 bilhões.

Valores por tipo de Programa

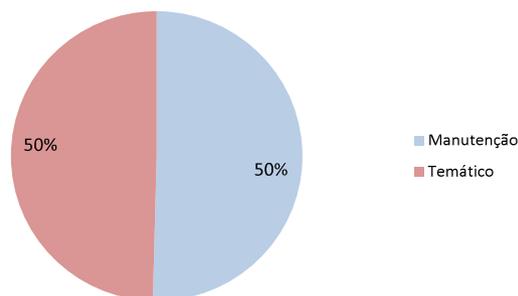
O PPA 2016-2019 é composto por dois tipos de Programas:

Programas Temáticos: expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços.

Programas de Manutenção ao Estado: contempla as ações de manutenção de recursos humanos, serviços de informática, transportes e a coordenação de serviços administrativos gerais das unidades de governo e demais ações não apropriadas nos programas temáticos.

Do volume total de recursos previstos do Poder Executivo no PPA, 49% estão alocados nos Programas Temáticos e 51% nos Programas de Manutenção do Estado.

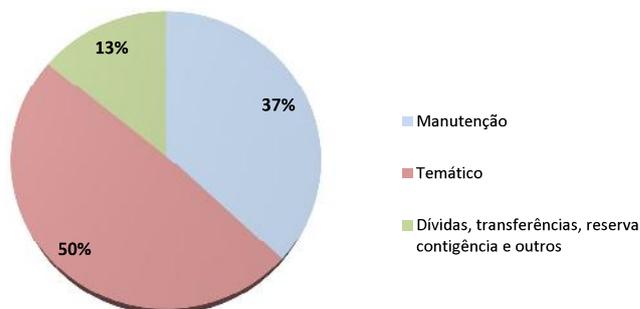
Gráfico - Alocação de recursos por tipo de programa



Fonte: UNI/SEPLAN
Nota: Somente Poder Executivo

Ao excluir dos programas de Manutenção do Estado os recursos relacionados a serviços das dívidas interna e externa, transferências constitucionais aos municípios, reserva contingência e outros similares, tem-se uma nova forma de análise dos dados do PPA. Nesse caso, os programas temáticos representam 49% dos recursos, os Programas de Manutenção do Estado, com 37% e os recursos sob a supervisão do Estado, com 14%.

Gráfico - Alocação de recursos por tipo de programa, excluindo-se recursos sob supervisão



Fonte: UNI/SEPLAN
Nota: Somente Poder Executivo

Eixos e Programas

Os 20 Programas Temáticos do PPA foram distribuídos em 6 Eixos Estratégicos. O PPA conta com 120 Objetivos de Governo que deverão ser avaliados por 178 indicadores e 443 metas. São necessárias 508 ações orçamentárias para alcance das metas previstas no Plano. Também faz parte do Plano os Programas de Manutenção do Estado, com suas 304 ações de manutenção. Há ainda 5 programas que pertencem aos Órgãos dos Outros Poderes, distribuído em seus respectivos eixos.

Quadro - Grandes dados do PPA 2012-2015

PPA 2016-2019	
Eixos Estratégicos	6
Programas Temáticos	20
Objetivos	120
Indicadores	178
Metas	443
Indicadores Priorizados	10
Ações Orçamentárias Temáticas	508
Ações Orçamentárias de Manutenção	304

Fonte: UNI/SEPLAN
Nota: não inclui os eixos e programas dos outros poderes.

Valores por Eixo Estratégico do Poder Executivo

Os recursos alocados no PPA 2016-2019 nos 6 Eixos Estratégicos do Poder Executivo totalizam R\$ 19,7 bilhões.

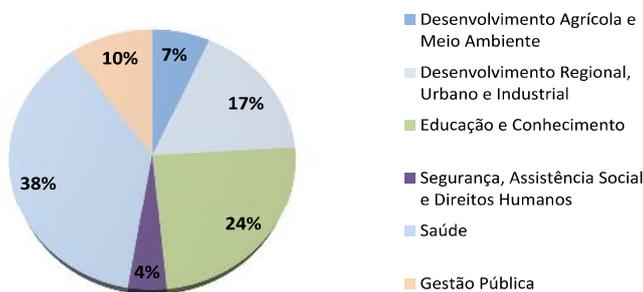
Quadro - Valores por Eixos Estratégicos

Eixos Estratégicos	Programas	Valor
Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente	4	1.324.664.462
Desenvolvimento Regional, Urbano e Industrial	4	3.409.725.416
Educação e Conhecimento	4	4.807.914.375
Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos	5	829.556.204
Saúde	1	7.412.568.083
Gestão Pública	2	1.920.874.366
Total	20	19.704.562.906

Fonte: UNI/SEPLAN
Nota: Somente Poder Executivo

Desse montante o Eixo da Saúde concentra 38% dos recursos, principal prioridade do estado, seguido pelos eixos da Educação com 24%, Desenvolvimento Regional, Urbano e Industrial com 17%, Gestão Pública com 10%, Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente com 7% e Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos com 4%.

Gráfico - Valores por Eixos Estratégicos

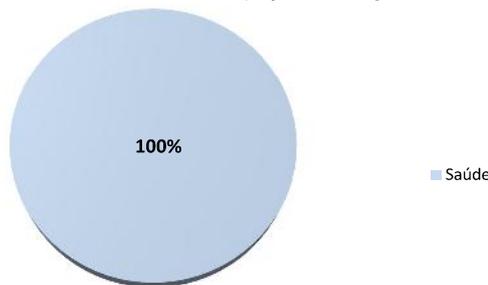


Fonte: UNI/SEPLAN
Nota: não inclui Outros Poderes

Eixo Saúde

O Eixo de Saúde tem somente o programa da Saúde mais perto de você, portanto concentra 100% dos recursos do eixo estratégico da saúde.

Gráfico - Participação do Programa Temático no Eixo Saúde

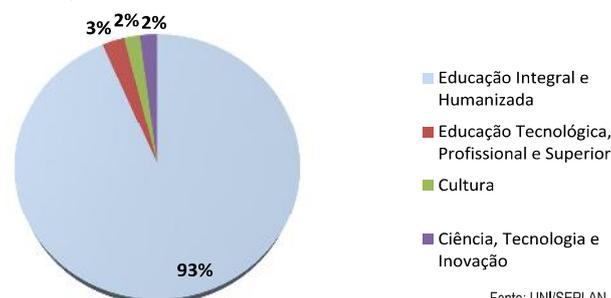


Fonte: UNI/SEPLAN

Eixo Educação e Conhecimento

O programa Educação Integral e Humanizada concentra 93% dos recursos previstos no Eixo de Educação e Conhecimento.

Gráfico - Participação dos Programas Temáticos no Eixo Educação e Conhecimento



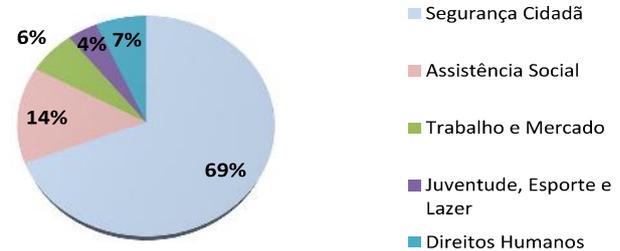
Fonte: UNI/SEPLAN

Eixo Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

O programa Segurança Cidadã concentra 69% dos recursos do Eixo Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos, seguido pelo programa de Assistência Social, com 14% e Direitos Humanos com 7%.

Gráfico - Participação dos Programas Temáticos no Eixo Segurança,

Assistência Social e Direitos Humanos

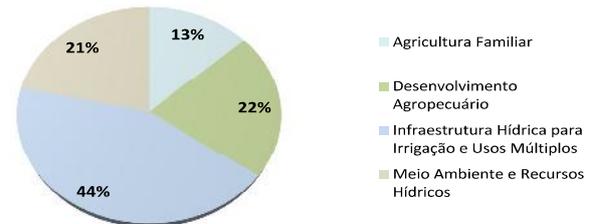


Fonte: UNI/SEPLAN

Eixo Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente

No Eixo do Desenvolvimento Agrícola e Meio ambiente o programa de Infraestrutura Hídrica para Integração e Usos Múltiplos concentra 44% dos recursos previstos no eixo. O programa de Desenvolvimento Agropecuário com 22% dos recursos e Meio Ambiente e Recursos Hídricos com 21%, seguido pelo programa da Agricultura familiar com 13%.

Gráfico - Participação dos Programas Temáticos no Eixo Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente

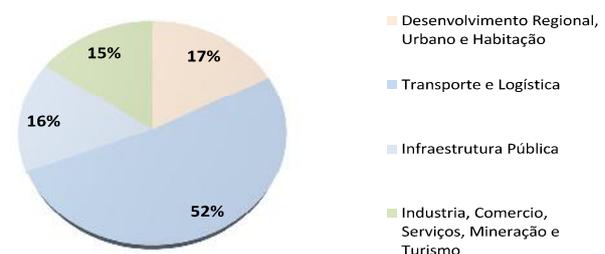


Fonte: UNI/SEPLAN

Eixo Desenvolvimento Regional, Urbano e Industrial

No eixo do Desenvolvimento Regional, Urbano e Industrial o programa de Transporte concentra 52% dos recursos do eixo, o restante foi distribuído entre os demais programas de forma similar.

Gráfico - Participação dos Programas Temáticos no Eixo Desenvolvimento Regional, Urbano e Industrial

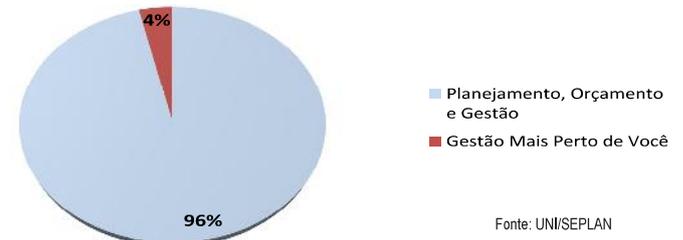


Fonte: UNI/SEPLAN

Eixo Gestão Pública

O programa Planejamento, Orçamento e Gestão concentra 96% dos recursos do Eixo de Gestão Pública.

Gráfico - Participação dos Programas Temáticos no Eixo Gestão Pública



Fonte: UNI/SEPLAN



ANEXO II À LEI Nº 3.051, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

EIXOS ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS TEMÁTICOS

Eixo: 1 - Saúde

Fonte/Eixo		Valor 2016 (R\$)	Valor 2016-2019 (R\$)
0100	- Recursos Ordinarios - Administracao Direta	120.000,00	540.000,00
0102	- Recursos do Tesouro - Acoes de Servicos Publicos de Saude / ASPS	1.191.798.260,00	5.398.288.902,00
0104	- Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	4.690.000,00	4.690.000,00
0223	- Recursos de Convenios com a Iniciativa Privada	218.000,00	826.127,00
0225	- Recursos de Convenios Federais	83.228.976,00	352.957.385,00
0226	- Alienacao de Bens	350.000,00	1.442.562,00
0229	- Operacoes Financeiras nao Reembolsaveis - Externas	5.600,00	7.600,00
0235	- Cota-Parte de Compensacoes Financeiras	2.059.789,00	9.559.679,00
0240	- Recursos Proprios	863.000,00	3.845.611,00
0246	- Assistencia Farmaceutica	4.423.665,00	40.423.665,00
0247	- Atencao Basica	651.870,00	2.813.725,00
0248	- Gestao do SUS	7.110.400,00	32.368.668,00
0249	- Investimento	31.648.710,00	133.486.612,00
0250	- Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	248.385.000,00	1.165.295.196,00
0251	- Vigilancia em Saude	24.300.000,00	73.727.351,00
4219	- Operacoes de Credito Internas - Em Moeda	42.894.000,00	198.985.000,00
Fonte/Eixo		1.642.747.270,00	7.419.258.083,00

Programa: 1165 - Saúde Mais Perto de Você

Fonte/Programa	Valor 2016 (R\$)	Valor 2016-2019 (R\$)
0100 - Recursos Ordinarios - Administracao Direta	120.000	540.000
0102 - Recursos do Tesouro - Acoes de Servicos Publicos de Saude / ASPS	1.191.798.260	5.398.288.902
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	4.690.000	4.690.000
0223 - Recursos de Convenios com a Iniciativa Privada	218.000	826.127
0225 - Recursos de Convenios Federais	83.228.976	352.957.385
0226 - Alienacao de Bens	350.000	1.442.562
0229 - Operacoes Financeiras nao Reembolsaveis - Externas	5.600	7.600
0235 - Cota-Parte de Compensacoes Financeiras	2.059.789	9.559.679
0240 - Recursos Proprios	863.000	3.845.611
0246 - Assistencia Farmaceutica	4.423.665	40.423.665
0247 - Atencao Basica	651.870	2.813.725
0248 - Gestao do SUS	7.110.400	32.368.668
0249 - Investimento	31.648.710	133.486.612
0250 - Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	248.385.000	1.165.295.196
0251 - Vigilancia em Saude	24.300.000	73.727.351
4219 - Operacoes de Credito Internas - Em Moeda	42.894.000	198.985.000
Valor Total do Programa	1.642.747.270	7.419.258.083

OBJETIVO: 0333 - Promover a articulação interfederativa e a gestão solidária e compartilhada das políticas públicas de saúde (intersetorial e interinstitucional).

Órgão Responsável: Secretaria da Saúde

INDICADORES	Unidade de Medida	Índice atual	Índice desejado
Número de objetivos alcançados do mapa estratégico da Secretaria	Unidade (un)	0	15
Índice de desempenho dos indicadores municipais prioritários do SISPACTO (DOMI) – 7 indicadores	Índice (In)	8,23	10

Metas:

Alcançar anualmente 100% do índice de participação do CES-TO nos instrumentos de gestão.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	100
Total		100

Atingir 90% dos municípios com Planos Municipais de Saúde enviados ao Conselho de Saúde por Região de Saúde até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	90
Total		90

Diminuir para 50% até 2019 o percentual de ações reduzidas na PAS/LOA da Saúde.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	50
Total		50

Implantar Ouvidoria em 61,11% das unidades hospitalares sob gestão estadual.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	61,11
Total		61,11

Incrementar anualmente em 11% o percentual de unidades hospitalares estaduais com centros de custos implantados.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Região de Saúde Ilha do Bananal	Porcentagem	5,56
Região de Saúde Sudeste	Porcentagem	5,56
Região de Saúde Cantão	Porcentagem	5,56
Região de Saúde Amor Perfeito	Porcentagem	11,11
Região de Saúde Bico do Papagaio.	Porcentagem	5,56
Região de Saúde Capim Dourado	Porcentagem	5,56
Total		100,02

Promover o mínimo de 75% de participação de representante de cada esfera nas reuniões da CIR.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Região de Saúde Médio Norte Araguaia	Porcentagem	75
Região de Saúde Ilha do Bananal	Porcentagem	75
Região de Saúde Sudeste	Porcentagem	75
Região de Saúde Cerrado Tocantins Araguaia	Porcentagem	75
Região de Saúde Amor Perfeito	Porcentagem	75
Região de Saúde Bico do Papagaio.	Porcentagem	75
Região de Saúde Capim Dourado	Porcentagem	75
Região de Saúde Cantão	Porcentagem	75
Total		600

Ação Orçamentária

- 3015 - Cooperação técnica na gestão em saúde em instrumentos de planejamento e gestão
 4065 - Fortalecimento da auditoria do SUS
 4134 - Promoção da ouvidoria do SUS
 4139 - Promoção do controle social no SUS
 4147 - Provimento de pessoal em âmbito da gestão participativa

OBJETIVO: 0375 - Promover a valorização, educação permanente, qualificação e formação dos trabalhadores do SUS.

Órgão Responsável: Secretaria da Saúde

INDICADORES	Unidade de Medida	Índice atual	Índice desejado
Proporção de trabalhadores que atendem ao SUS, na esfera pública, com vínculos protegidos	Porcentagem (%)	90,69	94
Número de trabalhadores certificados em processos educacionais em saúde	Unidade (un)	3136	6000

Metas:

Instituir a Política Estadual de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde, até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	100
Total		100

Qualificar e formar 6000 trabalhadores do SUS com foco na implementação das Redes de Atenção à Saúde, até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	6000
Total		6000

Ação Orçamentária

- 4092 - Instituição da política de gestão e regulação do trabalho
 4150 - Provimento de pessoal na gestão da educação na saúde
 4154 - Qualificação e formação dos trabalhadores do SUS em processos educacionais em saúde

OBJETIVO: 0376 - Organizar os serviços do SUS por meio de Rede de Atenção à Saúde de forma regulada, controlada e avaliada.

Órgão Responsável: Secretaria da Saúde

INDICADORES	Unidade de Medida	Índice atual	Índice desejado
Índice de cobertura assistencial no Estado do Tocantins	Índice (ln)	31,58	33,61

Metas:

Ampliar a cobertura de CAPS, passando de 1,05 em 2015 para 2,25 em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Região de Saúde Médio Norte Araguaia	Porcentagem	2,09
Região de Saúde Amor Perfeito	Porcentagem	2,44
Região de Saúde Bico do Papagaio.	Porcentagem	2,78
Região de Saúde Capim Dourado	Porcentagem	1,32
Região de Saúde Cantão	Porcentagem	0,43
Região de Saúde Cerrado Tocantins Araguaia	Porcentagem	2,73
Região de Saúde Ilha do Bananal	Porcentagem	3,49
Região de Saúde Sudeste	Porcentagem	3,78
Total		6019,06

Ampliar a cobertura do SAMU 192 de 44% em 2015 para 100% em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	100
Total		100

Ampliar a razão de exames citopatológicos de 0,63 em 2015 para 0,75 em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Razão	0,75
Total		0,75

Ampliar a razão de exames mamografia de 0,11 em 2015 para 0,35 em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Razão	0,35
Total		0,35

Proporcionar o acesso a 19.200 usuários em 2019, nos Centros de Reabilitação habilitados em reabilitação auditiva, física, intelectual e autismo e visual.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Região de Saúde Amor Perfeito	Unidade	2400
Região de Saúde Capim Dourado	Unidade	8400
Região de Saúde Cerrado Tocantins Araguaia	Unidade	4200
Região de Saúde Médio Norte Araguaia	Unidade	4200
Total		19200,35

Adquirir e manter carreta de saúde do homem

Adquirir e manter carreta da saúde da mulher

Adquirir uma ambulância para atender o PA Vitória Régia, no município de Aragominas

Ação Orçamentária

3006 - Aparelhamento dos pontos da rede de atenção a saúde

3055 - Reestruturação dos pontos da rede de atenção a saúde

3071 - Reestruturação do Hospital de Guaraí

4029 - Coordenação da Rede de Atenção à Saúde (RAS)

4030 - Descentralização de ações e serviços de saúde

4116 - Organização e viabilização dos serviços de apoio, diagnóstico e terapêutico

4175 - Viabilização ao incentivo do cofinanciamento do sistema da Rede de Atenção à Saúde (RAS)

4176 - Viabilização do acesso aos serviços de saúde de forma regulada e oportuna

OBJETIVO: 0377 - Prestar apoio institucional aos municípios para melhoria da qualidade dos processos de trabalho na Atenção Primária, visando o aumento da resolubilidade das ações ofertadas.

Órgão Responsável: Secretaria da Saúde

INDICADORES	Unidade de Medida	Índice atual	Índice desejado
Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica – lcsab	Porcentagem (%)	31,5	24,54
Taxa de mortalidade infantil	Taxa/Mil (tx)	12,58	8,08

Metas:

Aumentar de 2,59 para 3,50 o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	3,5
Total		3,5

Aumentar de 4,15 para 5,01 a taxa de detecção de sífilis em gestante (por 1.000NV).

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Taxa/Mil	5,01
Total		5,01

Aumentar de 59,62% para 72,4%, até 2019, a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	72,4
Total		72,4

Aumentar de 73% para 77%, até 2019, a cobertura de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	77
Total		77

Aumentar de 80,42% para 85%, até 2019, a cobertura populacional estimada pelas equipes de saúde bucal.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	85
Total		85

Aumentar de 88,12% para 93% a cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	93
Total		93

Manter o percentual de exodontia abaixo de 6.75%, anualmente, até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	6,75
Total		6,75

Ação Orçamentária

3004 - Aparelhamento da atenção primária

3070 - Aparelhamento da atenção primária no município de Guaraí

4149 - Provimento de pessoal na atenção primária

4156 - Realização de apoio institucional para a qualificação da atenção primária

OBJETIVO: 0378 - Promover o acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, garantindo sua adequada dispensação.

Órgão Responsável: Secretaria da Saúde

INDICADORES	Unidade de Medida	Índice atual	Índice desejado
Percentual de municípios com o Sistema Hórus implantado ou enviando o conjunto de dados por meio do serviço WebService	Porcentagem (%)	0	60

Metas:

Fornecer anualmente 100% dos medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica estadual para usuários que atendem ao Protocolo de diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	100
Total		100

Repassar anualmente 100% dos recursos financeiros pactuados aos municípios referente ao componente de farmácia básica.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	100
Total		100

Ação Orçamentária

4061 - Fornecimento de fórmulas nutricionais

4062 - Fornecimento de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (Sentenças Judiciais)

4105 - Manutenção dos serviços de assistência farmacêutica estadual

4148 - Provimento de pessoal na assistência farmacêutica

4174 - Viabilização ao incentivo do cofinanciamento dos componentes da assistência farmacêutica

OBJETIVO: 0379 - Melhorar o desempenho, resolutividade e qualidade das unidades hospitalares do Estado.

Órgão Responsável: Secretaria da Saúde

INDICADORES	Unidade de Medida	Índice atual	Índice desejado
Índice de desempenho e qualidade da gestão dos serviços hospitalares	Índice (In)	4	8

Metas:

Aumentar o percentual de partos normais em 5% até 2019, de 52% em 2015 para 57% em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	57
Total		57

Aumentar para 1,2 a razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente, até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Razão	1,2
Total		1,2

Aumentar para 17 a razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente, até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Razão	17
Total		17

Aumentar para 18,6 a razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade e população residente, até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Razão	18,6
Total		18,6

Aumentar para 9,44 a razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade e população residente, até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Razão	9,44
Total		9,44

Reduzir em 3% os óbitos em UTI em menores de 15 anos, passando de 145 em 2015 para 141 em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	3
Total		3

Ação Orçamentária

4113 - Oferta da assistência à saúde de média e alta complexidade direta ao cidadão

4152 - Provimento de pessoal na média e alta complexidade

4153 - Qualificação de leitos no ponto de atenção hospitalar

OBJETIVO: 0380 - Assegurar a oferta de hemocomponentes, procoagulantes, assistência hemoterápica e hematológica com qualidade à população.

Órgão Responsável: Secretaria da Saúde

INDICADORES	Unidade de Medida	Índice atual	Índice desejado
Taxa de cobertura transfusional no Estado do Tocantins	Porcentagem (%)	120	100

Metas:

Atingir 50% de doações espontâneas na Hemorrede em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	50
Total		50

Aumentar de 2,3 para 2,5 o índice de processamento de sangue total na Hemorrede até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Índice	2,5
Total		2,5

Reduzir o percentual de descarte de bolsas com concentrado de hemácias para 20% até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	20
Total		20

Reduzir o percentual de inaptidão sorológica de doadores de sangue para 4% até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	4
Total		4

Ação Orçamentária

- 3005 - Aparelhamento da hemorrede do Tocantins
- 4017 - Capacitação profissional em temas de hemoterapia e hematologia
- 4127 - Produção hemoterápica e hematológica na hemorrede
- 4151 - Provimento de pessoal na hemorrede

OBJETIVO: 0393 - Reduzir os riscos, doenças e agravos de relevância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador por meio das ações de promoção, prevenção, proteção e Vigilância em Saúde.

Órgão Responsável: Secretaria da Saúde

INDICADORES	Unidade de Medida	Índice atual	Índice desejado
Percentual de municípios que executam as ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios	Porcentagem (%)	5,75	13
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 (sessenta) dias após a notificação	Porcentagem (%)	33,8	50

Metas:

Alcançar 17.532 exames para o diagnóstico da hepatite C em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	17532
Total		17532

Alcançar 175 unidades de saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	175
Total		175

Alcançar 60% de diagnóstico das meningites bacterianas pelas técnicas de cultura, contraímunoelctroforese (CIE) e látex nos hospitais de referência até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	60
Total		60

Alcançar 70 municípios com execução de 70% da programação anual de vigilância sanitária até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	70
Total		70

Alcançar 70% dos municípios com as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança anualmente no quadriênio 2016-2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	70
Total		70

Alcançar 80% dos municípios alimentando regularmente o Sistema de Vigilância Epidemiológica das Doenças Diarréicas Agudas – Sivep – DDA até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	80
Total		80

Alcançar 80% das análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	80
Total		80

Alcançar 85% de Notificações com Encerramento Oportuno da Investigação até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	85
Total		85

Alcançar 85% de exames anti-HIV realizados nos casos novos de Tuberculose até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	85
Total		85

Alcançar 85% de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	85
Total		85

Alcançar 87% dos municípios executando 8 ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	87
Total		87

Alcançar 90% das Salas de Vacina alimentando mensalmente o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI) até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	90
Total		90

Alcançar 90% dos municípios com agravos de saúde do trabalhador notificados até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	90
Total		90

Alcançar 90,7% dos contatos intradomiciliares examinados dos casos novos de hanseníase até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	90,7
Total		90,7

Alcançar 92,6% de cura nas coortes dos casos novos de hanseníase até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	92,6
Total		92,6

Alcançar 93% de Declarações de Óbitos – DO alimentadas no Sistema de Informação Sobre Mortalidade - SIM em até 60 dias do final do mês de ocorrência do óbito até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	93
Total		93

Alcançar 93% de cobertura do Sistema de Informação Sobre Mortalidade - SIM em relação a estimativa do IBGE até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	93
Total		93

Alcançar 96% de óbitos em mulheres em idade fértil (MIF) investigados até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	96
Total		96

Alcançar a razão de dois testes de sífilis por gestantes anualmente no quadriênio 2016 a 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Razão	2
Total		2

Alcançar a taxa de detecção de casos novos de infecção pelo HIV de 26,58 por 100.000 hab, até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Taxa/Mil	26,58
Total		26,58

Alcançar anualmente 100% de vacinação antirrábica dos cães na campanha no quadriênio – 2016 – 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	100
Total		100

Ampliar em 15 o número de municípios com cobertura de 80% das ações de vigilância passiva da doença de Chagas, passando de 70 para 85 municípios até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	85
Total		85

Ampliar em 27 o número de municípios que realizam vigilância laboratorial da raiva passando de 83 para 110 municípios até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	110
Total		110

Aumentar em 99 o número de municípios que realizam o teste rápido de triagem para leishmaniose visceral canina, passando de 40 para 139 em 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	139
Total		139

Descentralizar recursos financeiros para execução das ações de Vigilância em Saúde do trabalhador para 59 municípios até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Região de Saúde Cantão	Unidade	8
Região de Saúde Amor Perfeito	Unidade	9
Região de Saúde Bico do Papagaio.	Unidade	7
Região de Saúde Capim Dourado	Unidade	6
Região de Saúde Cerrado Tocantins Araguaia	Unidade	8
Região de Saúde Ilha do Bananal	Unidade	7
Região de Saúde Sudeste	Unidade	7
Região de Saúde Médio Norte Araguaia	Unidade	7
Total		198

Elevar para 90% a Investigação dos óbitos infantis e fetais até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	90
Total		90

Elevar para 92% a proporção de registro de óbitos com causa básica definida até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	92
Total		92

Elevar para 80% os casos de Leishmaniose Tegumentar Americana - LTA com diagnóstico laboratorial até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	80
Total		80

Manter a incidência de AIDS em menores de 5 anos em 1 caso anualmente até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	1
Total		1

Manter em 100 % a investigação dos óbitos maternos até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	100
Total		100

Manter em zero a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	
Total		

Realizar anualmente busca ativa de casos de tracoma em 20% da população de escolares da rede pública do 1º a 5º ano do ensino fundamental dos municípios prioritários no quadriênio 2016 – 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	20
Total		20

Reduzir a taxa de mortalidade prematura (<70 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) de 241,2 para 218,03 por 100.000 hab. até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Taxa/Mil	218,03
Total		218,03

Reduzir de 19 para 6 o número absoluto de óbitos por Leishmaniose Visceral até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	6
Total		6

Reduzir de 953 (2012 a 2015) para 858 (2016 a 2019) o número de casos novos de leishmaniose visceral até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	858
Total		858

Reduzir os óbitos de dengue passando de 6 para 3 ao ano até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	3
Total		3

Reduzir para 17,36% o diagnóstico tardio de infecção pelo HIV até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Porcentagem	17,36
Total		17,36

Reduzir para 93 casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade até 2019.

Regionalização da Meta	Unidade	2016-2019
Estadual	Unidade	93
Total		93

Fortalecer as ações municipais de combate a endemias

Ação Orçamentária

- 3025 - Fortalecimento do sistema de vigilância em saúde
- 4028 - Cooperação técnica na gestão da vigilância em saúde
- 4077 - Gerenciamento de processos logísticos da vigilância em saúde
- 4078 - Gerenciamento do risco sanitário
- 4093 - Integração e qualificação das ações e serviços de vigilância e atenção à saúde
- 4125 - Produção de análises laboratoriais de interesse à saúde pública
- 4146 - Provimento de pessoal da vigilância em saúde



ANEXO IV À LEI Nº 3.051, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

INDICADORES PRIORITÁRIOS E METAS

ÁREA DE RESULTADO: SEGURANÇA PÚBLICA								
INDICADOR	LINHA DE BASE REFERÊNCIA 2015	REFERÊNCIA					ENTREGAS	OBJETIVO RELACIONADO
		2016	2017	2018	2019	TOTAL		
REDUÇÃO DA TAXA DE CRIMES DE FURTOS E ROUBOS NO ESTADO DO TOCANTINS	6. 198 CRIMES DE ROUBOS 8.330 CRIMES DE FURTOS	5%	7%	9%	10%	27%	AUMENTAR O POLICIAMENTO OSTENSIVO NOS BAIROS	PRESERVAR A ORDEM PÚBLICA COM AÇÕES DESTINADAS À REESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, VISANDO A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE
							REESTRUTURAR AS UNIDADES MILITARES	
							IMPLEMENTAR AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	
							EQUIPAR O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR	

ÁREA DE RESULTADO: TRANSPORTE E LOGÍSTICA								
INDICADOR	LINHA DE BASE REFERÊNCIA 2015	REFERÊNCIA					ENTREGAS	OBJETIVO RELACIONADO
		2016	2017	2018	2019	TOTAL		
QUILOMETROS DE RODOVIAS PAVIMENTADAS	-	116	116	116	116	464	PAVIMENTAÇÃO DE 464 KM DE RODOVIAS	FORTALECER O SISTEMA DE LOGÍSTICA VIÁRIA DO TOCANTINS
QUILOMETROS DE RODOVIAS RESTAURADAS	-	825	825	825	825	3.300	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS PAVIMENTADAS DO ESTADO RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS DO ESTADO	

ÁREA DE RESULTADO: EDUCAÇÃO								
INDICADOR	LINHA DE BASE REFERÊNCIA 2013	REFERÊNCIA					ENTREGAS	OBJETIVO RELACIONADO
		2016	2017	2018	2019	TOTAL		
AUMENTO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO - IDEB	*IDEB NACIONAL 3,7 *IDEB ESTADO - 3,3		3,80		4,00	4,00	CONSTRUÇÃO DE 22 UNIDADES ESCOLARES	PROMOVER A FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO
							AMPLIAÇÃO DE 21 UNIDADES ESCOLARES	
							REFORMA DE 59 UNIDADES ESCOLARES	
							APARELHAMENTO DE 22 UNIDADES ESCOLARES	
							APLICAÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA 18.406 ALUNOS DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO	
							FORMAÇÃO CONTINUADA PARA 6.623 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	

NOTA: O índice do IDEB é calculado de dois em dois anos

ÁREA DE RESULTADO: SAÚDE								
INDICADOR	LINHA DE BASE REFERÊNCIA 2015	REFERÊNCIA					ENTREGAS	OBJETIVO RELACIONADO
		2016	2017	2018	2019	TOTAL		
ÍNDICE DE DESEMPENHO E QUALIDADE DA GESTÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES	4,0 ÍNDICE RELACIONADO AOS INDICADORES AGREGADOS (Ver Nota)	5,0	6,0	7,0	8,0	8,0	ADEQUAÇÃO DO PERFIL DOS HOSPITAIS DO ESTADO	MELHORAR O DESEMPENHO, RESOLUTIVIDADE E QUALIDADE DAS UNIDADES HOSPITALARES DO ESTADO
							IMPLANTAÇÃO DOS REQUISITOS BÁSICOS DA ACREDITAÇÃO HOSPITALAR	
							IMPLANTAÇÃO DE 07 LEITOS DE UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS NEONATAL CONVENCIONAL NO HOSPITAL DONA REGINA	
							IMPLANTAÇÃO DE 02 SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR NO HGP	
							IMPLANTAÇÃO DE 40 LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PASSANDO DE 78 LEITOS EM 2016 PARA 118 EM 2019	
QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO ONCOLÓGICA HOSPITALAR DAS UNIDADES DE ALTA COMPLEXIDADE DE ONCOLOGIA -UNACON DO HGP E HRA								
NOTA: Para cálculo do indicador serão utilizados os seguintes indicadores agregados: 1. Tempo Médio de Permanência para Leitos de Clínica Médica, 2. Tempo Médio de Permanência para Leitos de Clínica Cirúrgica, 3. Taxa de Mortalidade Institucional, 4. Taxa de Infecção Hospitalar, 5. Taxa de Ocupação Hospitalar, 6. Média de Permanência Hospitalar, 7. Taxa de Profissionais Cadastrados no CNES, 8. Taxa de Revisão de Prontuários pela Comissão de Óbitos, 9. Taxa de Revisão de Prontuários pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar								
PERCENTUAL DE OBRAS HOSPITALARES CONCLUÍDAS	17% OBRAS CONCLUÍDAS	23%	20%	20%	20%	83%	AMPLIAÇÃO DO HGP	
							CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE ARAGUAÍNA	
							CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE GURUPI	

ÁREA DE RESULTADO: PROJETOS ESTRUTURANTES								
INDICADOR	LINHA DE BASE REFERÊNCIA 2015	REFERÊNCIA					ENTREGAS	OBJETIVO RELACIONADO
		2016	2017	2018	2019	TOTAL		
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	16% DE PROJETOS EXECUTADOS	30%	30%	24%	0%	100%	PDRIS	FORTALECER A GESTÃO DOS RECURSOS DE CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO
							PROFISCO	
							PRODOESTE	

ÁREA DE RESULTADO: HABITAÇÃO SOCIAL								
INDICADOR	LINHA DE BASE REFERÊNCIA 2015	REFERÊNCIA					ENTREGAS	OBJETIVO RELACIONADO
		2016	2017	2018	2019	TOTAL		
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES	-	4.909	1.641	1.989	2.448	10.987	7.737 UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES A BENEFICIÁRIOS QUE GANHAM ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	PROMOVER O ACESSO A MORADIA DIGNA, COM INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NUM CONTEXTO DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL
							3.250 UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES A BENEFICIÁRIOS QUE GANHAM ATÉ 06 SALÁRIOS MÍNIMOS	

ÁREA DE RESULTADO: DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO								
INDICADOR	LINHA DE BASE REFERÊNCIA 2013	REFERÊNCIA					ENTREGAS	OBJETIVO RELACIONADO
		2016	2017	2018	2019	TOTAL		
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO REAL DO PIB AGROPECUÁRIO	CRESCIMENTO DE 6,13%	6,16%	6,19%	6,22%	6,28%	6,73%	AUMENTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA EM 10% ATÉ 2019	FORTALECER O SETOR AGROPECUÁRIO COM INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS, AUMENTO DA PRODUÇÃO REGIONAL, DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E ACESSO A NOVOS MERCADOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
							AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 30% ATÉ 2019	
							FORTALECIMENTO DE 11 CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	
							COMERCIALIZAÇÃO DE 85.000 TONELADAS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS ATÉ 2019	
							AUMENTO DO NÚMERO DE AGROINDÚSTRIA REGULARIZADAS EM 40% ATÉ 2019	
AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 30% ATÉ 2019								

NOTA: AUMENTO CONTÍNUO DE 0,6% ACIMA DA TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL